

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Matheus Henrique Kunst

**O REAL NA CLÍNICA PSICANALÍTICA: DO IMPOSSÍVEL DE REPRESENTAR AO
IMPOSSÍVEL DE SUPORTAR**

Rio de Janeiro

2017

Matheus Henrique Kunst

**O REAL NA CLÍNICA PSICANALÍTICA: DO IMPOSSÍVEL DE REPRESENTAR AO
IMPOSSÍVEL DE SUPORTAR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Tania Coelho dos Santos

Rio de Janeiro

2017

**O REAL NA CLÍNICA PSICANALÍTICA: DO IMPOSSÍVEL DE REPRESENTAR AO
IMPOSSÍVEL DE SUPORTAR**

MATHEUS HENRIQUE KUNST
Orientadora: Tania Coelho dos Santos

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de mestre.

Aprovada por:

Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos (orientadora)

Profa. Dra. Rosa Guedes Lopes, UVA

Profa. Dra. Andrea Martello, UFRJ e UNIRIO

Rio de Janeiro

2017

K95r Kunst, Matheus Henrique

O real na clínica psicanalítica: do impossível de representar ao impossível de suportar / Matheus Henrique Kunst. -- Rio de Janeiro, 2017.

85 f.

1. real da psicanálise. 2. impossível como modalidade lógica. 3. clínica psicanalítica. 4. dissertação de mestrado. I. Coelho dos Santos, Tania, orient. II. Título.

CIP - Catalogação na Publicação

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*Às pessoas que eu amo
À Psicanálise
Ao futuro*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e avós pelo incentivo, auxílio, entusiasmo e educação.

A Istephany pela doçura, amor e companheirismo.

A Tania Coelho dos Santos pela aceitação do meu projeto de pesquisa e por suas orientações e seminários que me auxiliaram para elaboração desse trabalho.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica que generosamente contribuem à formação analítica e acadêmica de todos os alunos.

Aos colegas de pós-graduação, especialmente aqueles que compõem o Núcleo Sephora e o Isepol, pelo espírito prestativo e gentil.

Aos funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

A Margareth Ferraz e a Glacy Gorski

A Loren e Melo

O que me mato para explicar a vocês – assegurar o impossível do que é efetivamente essa relação, real. Quanto mais a procura de vocês envereda pelo lado da verdade, mais vão sustentar o poder dos impossíveis, que são aqueles que enumerei respectivamente da última vez – governar, educar, analisar eventualmente. Quanto à análise, em todo caso, é evidente (Jacques Lacan, 1969-1970)

La totalidad del ser es imposible para nosotros. Así nos dan todo, pero gradualmente (Jorge Luis Borges em *El tiempo*)

RESUMO

Esse trabalho de dissertação propõe explorar a definição lacaniana de que o registro do real é impossível e responder o que essa modalidade lógica denota na teoria e na prática da psicanálise. Na formalização da pesquisa surgem o que se optou denominar de duas vertentes do real: o impossível de representar e o impossível de suportar. Ambas vertentes se encontram expressas no ensino de Jacques Lacan. A primeira encontra sua definição no *Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* e a segunda na *Criação da Seção Clínica* de 1976. São duas figuras do impossível que conjugam de forma distintas o campo da linguagem e campo do gozo e, como essa pesquisa busca evidenciar, correspondem, respectivamente, ao que se apresenta como avesso da ordem simbólica, resistente ao processo simbolização e ao que se demonstra na clínica como índice de insuficiência do sintoma enquanto regime de gozo. A clínica das urgências subjetivas e dos novos sintomas é revisitada. Mesmo sendo um tema de muitos trabalhos em psicanálise na atualidade, o propósito aqui é localizar no seu interior a importância teórica do real impossível. Para tanto, a dissertação também busca trabalhar com outras modalidades lógicas adotadas por Lacan para abordar o real, tais como a contingência e a impotência.

Palavras-chave: real, impossível, estrutura, clínica.

RÉSUMÉ

Cette mémoire de master propose d'explorer la définition lacanienne selon laquelle l'enregistrement du réel est impossible, ainsi que de répondre à ce que la modalité logique désigne dans la théorie et dans la pratique de la psychanalyse. Dans la formalisation de la recherche émergent ce qui il a été choisi de nommer comme les deux aspects du réel: l'impossible à représenter et l'impossible à supporter. Tous ces deux aspects sont exprimés dans l'enseignement de Jacques Lacan. La première trouve pour la première fois sa définition définitive au *Séminaire 11 - Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse* et la deuxième dans la Création de la Section Clinique de 1976. Ceux sont deux figures de l'impossible qui combinent de façons différentes le champ du langage et le champ de la jouissance et, comme cette recherche vise à montrer, ils correspondent respectivement à ce qui se présente comme l'envers de l'ordre symbolique, résistant au processus de symbolisation et à ce qui apparaît dans la clinique comme indicative de l'échec du symptôme en tant que régime de jouissance. La clinique des urgences subjectives et des nouveaux symptômes est revisité. Bien en qu'il s'agit d'un thème de plusieurs études en psychanalyse, notre propos ici est de saisir à son intérieur l'importance théorique du réel impossible. Pour cela, la mémoire de master examine aussi d'autres moyens logiques que Lacan adopte pour approcher le réel, tels que la contingence et l'impuissance.

Mots-clés: réel, impossible, structure, clinique.

ABSTRACT

This dissertation proposes to explore the lacanian definition that the dimension of the real is impossible and to respond what this logic modality denotes in the theory and practice of psychoanalysis. In the formalization of the research, two aspects of the real are chosen: the impossible to represent and the impossible to bear. Both aspects are expressed in the teaching of Jacques Lacan. The first finds its definition in *Seminar 11 - The four fundamental concepts of psychoanalysis* and the second in the *Creation of the Clinical Section* of 1976. They are two figures of the impossible that conjugate in a different way the field of language and field of enjoyment and, as this research looks for to evidence, they correspond, respectively, what is presented as the reverse of the symbolic order, resistant to the symbolization process and to what is demonstrated in the clinic as an index of a insufficiency of the symptom as a regime of enjoyment. The clinic of subjective urgencies and new symptoms is revisited. Although it is nowadays a subject of many psychoanalytic works, the purpose here is to locate the importance of the impossible real. For this, the dissertation also seeks to work with other logical modalities adopted by Lacan to approach the real, such as contingency and impotence.

Key words: real, impossible, contingency, clinic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 – IMPOSSÍVEL DE REPRESENTAR	15
1.1 Dizer, verdade e real.....	17
1.2 A função de real.....	24
1.3 O eu, a imagem e o real.....	28
1.4 O símbolo indefinível.....	34
1.5 O impossível do “logo sou”.....	43
1.6 Real e economia pulsional.....	50
1.7 Inconsciente, ambiguidade e equívoco.....	52
2 – IMPOSSÍVEL DE SUPORTAR	56
2.1 Positivção do real.....	60
2.2 Quando o gozo passa para o real.....	61
2.3 Torções sintomáticas: novos sintomas e formas clínicas do sintoma.....	69
2.4 Demonstrando o impossível: impotência e contingência, sofrimento e trauma...73	
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

A problemática em torno da noção de representação em psicanálise lacaniana pode ser apresentada ao nos situarmos no momento em que Jacques Lacan considera que a fala plena não existe. Abandona, logo cedo, a perspectiva na qual o processo de análise se definiria unicamente como um trabalho de suspensão do recalque e de reunião do significante com seu significado, o seu significado verdadeiro, como originalmente se formalizou no *Relatório de Roma* (Lacan, 1953). A incompatibilidade do desejo com a fala, fato que se pôde anunciar n’*A direção do tratamento e os princípios do seu poder* (Lacan, 1958), não apenas indica a difícil apreensão do estatuto da verdade do sintoma, como também desfaz qualquer esperança de que a prática da psicanálise se sustente na intersubjetividade e opere com símbolos universalmente compartilhados, partindo de princípios comuns de comunicação. A fala plena não existe, pois a verdade que sustenta a fala não se representa, nem se formaliza e nem se imagina, ela é impossível. “A impossibilidade de dizer na fala a verdade da fala, é o que, bem mais tarde, Lacan escrevera como S de A barrado: S(~~A~~)” (Miller, 2005, p. 53). Ou seja, como magistralmente é argumentado no início de *Televisão* (Lacan, 1974, p. 508), no âmbito da verdade, por razões materiais próprias à lógica do significante, reside um impossível.

Esse trabalho de dissertação de mestrado busca concatenar uma série de reflexões acerca dessa que é uma noção teórica essencial e atravessa todo o ensino do psicanalista francês Jacques Lacan: a definição do real como impossível. Responder quais são as consequências dessa formulação e como ela se articula na extensão do projeto de retorno a Freud, da reinvenção da psicanálise e do desejo de *faire a jardin a la française* (Lacan, 2003, p. 457), é o que se almeja aqui.

Esse significante, *impossible*, foi posto no horizonte desse trabalho de pesquisa durante os dois anos de mestrado do autor no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Trata-se de uma tentativa metodológica de esvaziá-lo do sentido comum e pessoal – e veremos que é bem essa a operação que Lacan almeja com sua incansável busca de formalização do real – para que fosse viável ler seus diferentes alcances nos *Escritos* (Lacan, 1998), *Outros escritos* (Lacan, 2003) e nos diversos volumes d’*O Seminário*, em especial em *As psicoses* (1955-1956), *A ética da*

psicanálise (1959-60), *A identificação* (1961-1962), *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), *O avesso da psicanálise* (1969-1970) e *Mais Ainda* (1972-1973).

Aproximar-se da noção de impossível e reconhecê-lo como uma modalidade lógica do real da psicanálise não é um trabalho simples e demanda que se adentre em diversas disciplinas as quais Lacan manipula e a psicanálise dialoga, como a filosofia, a lógica, a linguística etc. E essa mesma razão que impeliu o autor a se debruçar nos trabalhos de importantes professores e comentadores da psicanálise.

Essa dissertação se divide em dois capítulos. Cada um destes explorando duas formulações do impossível da psicanálise: o real impossível de representar e o real impossível de suportar.

A primeira dessas vertentes encontra sua expressão de forma definitiva e pela primeira vez no Seminário 11 – *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* – “porque o oposto do possível seguramente é o real, seremos levados a definir o real como impossível” (Lacan, 1985, p 159). A segunda se sustenta em uma definição tardia no ensino de Lacan e que se encontra no anúncio da *Criação da seção clínica* (Lacan, 1976), bem como comentada em *Abertura da seção clínica* (Lacan, 1977) – “A clínica psicanalítica é o real enquanto ele é o impossível de suportar”. Veremos que, enquanto uma corresponde a um impossível literal e lógico, que se perfila em razão da estrutura simbólica da linguagem, a outra se remete a um impossível muito mais clínico e que se demonstra pelas insígnias do sofrimento psíquico e na contiguidade lógica do impossível com a contingência.

A noção de falta-a-ser, *manque-à-être*, essencialmente articulada à metonímia do desejo em sua estrutura na cadeia significante (Lacan, 1998, p. 633), é o que melhor ilustra a repercussão da impossibilidade de representação no âmbito da subjetividade. Abarca a metáfora e a significação fálica em um lugar privilegiado por consistirem o tratamento simbólico possível para o caráter excessivo da pulsão. E, como se sabe, esse é um paradigma fundamental que se estende por boa parte da primeira década do ensino lacaniano, quando o campo da linguagem é proeminente, como se verifica em todos os textos dos *Escritos* (Lacan, 1998).

À medida que o ensino de Lacan avança, mais dificuldades de transcrever a pulsão aparecem. O gozo, isso que ultrapassa os limites do princípio do prazer, é descoberto em sua irreduzibilidade. O *Seminário 07 – A ética da psicanálise* (Lacan, 1959-1960) foi um passo inicial para descortinar essa condição. O *objeto a*, uma

notação algébrica para o que resta da transcrição da pulsão e o que não se põe ao gosto dialético do desejo, não deixa de indicar a dimensão real que se atribui ao gozo. Mas quanto mais se admite isso, quanto mais o gozo se faz primado - como se alega no derradeiro ensino lacaniano - mais o simbólico se deprecia em relação ao real, tornando suas operações significantes semblantes. O próprio objeto *a*, enquanto mais-de-gozar, enquanto formulação lógica é revisitada n' *O seminário 20 – Mais, ainda* (1972-1973).

Os dois capítulos dessa dissertação adotam a tradicional bipartição, campo da linguagem e campo do gozo, como apoio para pensar as diversas formas da modalidade do impossível de se apresentar na teorização da prática psicanalítica.

Um comentário casual e informal de Tania Coelho dos Santos, orientadora desse projeto, expressa bem o fio da meada dessa pesquisa: escreve-se sobre os impossíveis da psicanálise. E é bem essa pluralidade e intercruzamento de impossíveis que recorrentemente constata-se quando avizinhamos as obras de Freud com o ensino de Lacan, assim como na sobreposição do primeiro com segundo e derradeiro ensinamentos lacanianos. Quando o pai da psicanálise, por exemplo, propõe a existência das profissões impossíveis (Freud, 1937), *unmögliche Berufe*, o real já está nas entrelinhas na teoria psicanalítica. E, como se sabe, é baseado dessas profissões que, em boa medida, no Seminário 17 – *O avesso da psicanálise* (1969-1970) formaliza-se a estrutura quadrípode dos discursos. Os discursos do mestre, do universitário e do analista condizem, respectivamente, com a estrutura em torno do impossível de governar (*Regieren*), educar (*Erziehen*) e curar/analisar (*Kurieren/Analysieren*). E como se sabe, Lacan com o discurso da histórica apreende e acrescenta outra impossibilidade a qual está implícita nos estudos de casos de Freud: é fazer desejar.

Certamente o real que se interessa aqui é o real do discurso do analista, em especial nas suas demonstrações contingenciais que ocorrem na análise que perdura e nas urgências contemporâneas do cotidiano clínico nos consultórios e nas instituições. Formalizar o real é o caminho para se abandonar o desejo de curar e apreender os meios nas quais a psicanálise opera.

1 – REAL IMPOSSÍVEL DE REPRESENTAR

Sigmund Freud (1914), traz detalhes de um importante momento para a disseminação do tratamento psicanalítico, principalmente da sua técnica. Trata-se do intercâmbio que ocorreu por alguns anos entre a escola de Viena, na qual o próprio Freud era proeminente, e a escola de Zurique, cuja sede era o sanatório de Burghölzli e era presidida pelos já prestigiados psiquiatras Eugen Bleuler e Carl Gustav Jung. Zurique, que também buscava a dianteira em uma corrida por melhores tratamentos para a histeria, ficou conhecida por realizar diagnósticos com o método que ficou conhecido como *associação de palavras*. Tal método ganhou reconhecimento científico na época, principalmente após a publicação do livro *Estudos de associação diagnóstica*, organizado por Bleuler, e que apresenta um artigo curioso de Carl Gustav Jung. Foi o primeiro trabalho de psicanálise de Jung, ponto de partida do período em que ele um importante colaborador para a disseminação da psicanálise e para o avanço das principais ideias de Freud. Intitulado *A psicanálise e o método de associação*, o artigo de Jung relata detalhadamente um caso clínico de uma paciente que teria sido tratada com a técnica psicanalítica da *associação livre*, técnica essa que, mesmo sendo muito mais simples que o método experimental da associação de palavras, método que exigia diversos instrumentos de metrificação do tempo de resposta verbal e corporal do paciente, demonstrou excelentes resultados terapêuticos. A principal regra do tratamento psicanalítico se mostrou cientificamente eficaz para se alcançar o que a Escola de Zurique nomeava de complexos psicológicos do paciente. Esse trabalho de Jung ficou bem conhecido na época por trazer “amplas provas experimentais em apoio a associação livre de Freud” (Gay, 2012, p. 210). O pai da psicanálise alegou (1914, p. 38) que tal gentileza da escola de Zurique nada mais fez que confirmar as observações psicanalíticas a partir do método experimental da Escola de Wundt, e que apesar de ter sido muito importante para o reconhecimento de seu método em outras regiões da Europa, não significou nenhum grande avanço à sua teoria.

Houve um entusiasmo grande na receptividade da psicanálise, tratamento cuja técnica parte de uma simples regra. Mas a posterior ruptura de Jung com o movimento psicanalítico o fez sair pela mesma porta que entrou. A associação livre,

que tanto encantou Jung, surgiu para Freud como a melhor alternativa à hipnose e ao método catártico, exatamente porque ela se mostrou capaz de perpassar vários impasses no tratamento. Entre esses impasses estava aquele que Jung tanto teve dificuldade de admitir, qual seja, a importância fundamental das fantasias inconscientes em torno do sexual na etiologia das neuroses.

Sabe-se que Jung projetou algo além da dimensão propriamente traumática pela qual a sexualidade responde. Mas a associação livre como método, algo que Freud nunca abriu mão, possibilitou à psicanálise não estacionar o tratamento na busca por um sentido expresso pelas fantasias do analisante ou além delas, como Jung sugeria. Trata-se de uma estratégia que antes também teria criado outra ruptura, a de Freud com Breuer (Freud, 1914, p. 21).

Com a associação livre e não sistematizada de palavras e ideias, o doutor de Viena foi capaz de admitir cada vez mais, na extensão da publicação de suas pesquisas, que além das fantasias inconscientes não há lugar para qualquer sentido unívoco, qualquer símbolo rígido ou arquétipo esplendecente. Tudo indicava que sintomas giravam em torno do rochedo da castração e isso foi uma das suas conclusões derradeiras (Freud, 1937). O que a experiência de uma análise verifica é o fato de que a fantasia é suportada por uma estrutura ficcional. Sua função não vai além de promover uma forma de defesa específica diante da tendência do sujeito à dispersão, a intragável e traumática pulsão de morte. Essa defesa tem como consequência alguma forma específica de perda de realidade, necessária para estruturação do psiquismo (Freud, 1924). O empenho freudiano admitiu, portanto, a entrada no cerne da teorização da psicanálise, com suas tópicas e conceitos, de um registro da experiência a qual o psicanalista francês Jacques Lacan chamou de *real*.

O conceito de real faz piada com qualquer arquétipo ou semblante antropológico. O real poderia se passar como o senso comum o quer como sendo o mais verdadeiro. Parece denotar algum tipo de profundidade ou interioridade, mas é um conceito que só ganha estatuto se participando do que se tem de mais superficial: a tessitura simbólica da linguagem.

Real: uma palavra simples e usual para o senso comum que indiscutivelmente expressa qualidade de alguma coisa que se conjuga com a realidade perceptível, mas que passou ao vocabulário da psicanálise para caracterizar exatamente aquilo que, na experiência de análise, não se alcança e ao mesmo tempo está no mesmo lugar.

Essa dissertação se interessa especialmente por uma conhecida definição que se encontra em boa parte da extensão do ensino de Jacques Lacan, aquela que define que o real é impossível.

Não hesito em falar do real, e isto há um bom tempo, já que foi mesmo por aí que dei o primeiro passo desse ensino. Depois com os anos eis que surge uma formulazinha - o impossível é o real. Deus sabe que disso não se faz de golpe de abuso. (Lacan, 1969-1970, p. 157)

1.1 – Dizer, verdade e real.

Digo sempre a verdade: não-toda, porque dizê-la toda (...) é impossível, materialmente: as palavras faltam. É mesmo por este impossível que a verdade tem a ver com o real (Lacan, 1974, p. 508).

Esse trecho de abertura do escrito *Televisão*, uma das mais famosas frases do psicanalista francês Jacques Lacan, indica bem qual é a questão na qual esta pesquisa se guia: por que o real é marcado pelo impossível? Por que dizer a verdade condiz com um real que se determina como impossível?

Tomar o real assim formula uma consideração importante para a psicanálise de orientação lacaniana, consideração que pretendemos investigar aqui nos debruçando em pontos importantes no ensino de Jacques Lacan, pontos que nada mais são do que os diversos momentos nos quais o estatuto do real da psicanálise se formula. Aqui, especialmente nessa parte, interessamo-nos em compreender como se dá a contiguidade da estrutura simbólica, estrutura na qual subsiste o conceito de inconsciente, com o registro do real que, no meio do percurso do ensino lacaniano, formula-se como um impossível literal e lógico.

Para introduzirmos o leitor nessa questão que nos guia, proponho reconhecermos que, nessa rápida referência à *Televisão* (Lacan, 1974), Lacan reúne elementos e conceitos que corroboram que um impasse à representação é central na prática da psicanálise. Dentre eles, o par que primeiramente encontramos na citação é formado pelo *dizer* e pela *verdade*. Ambos são considerados primários na fundação do próprio tratamento psicanalítico por Freud.

A questão da verdade da etiologia do padecimento do sujeito em sofrimento psíquico permeia toda a formulação teórica e clínica da psicanálise. É conhecido que a especificidade dessa forma de tratamento parte da aposta do psicanalista de que,

através da fala do paciente, regida pela clássica regra da associação livre e dissociada do sentido comum via suspensão do recalque, encontrar-se-á o meio próprio de se alcançar, com o auxílio da interpretação do analista, uma aproximação do sentido inconsciente de um sintoma. Como registrado nas origens da invenção da psicanálise (Freud, 1893, p. 271), o sentido realiza-se pela tradução do afeto em palavras mediante a lembrança de um fato que havia provocado tal afeto. A perspectiva inicial do legado freudiano é a interpretar o que o paciente diz em determinados momentos da análise para que o sintoma recupere seu sentido. A sua etiologia, a causa dos sintomas; está relacionada à cena traumática e inadmissível, cujo sentido foi submetido ao recalque. Essa é a hipótese que inicia a problemática da teoria psicanalítica, pois ela pressupõe que a etiologia do sofrimento psíquico se assenta em um impasse do analisante à subjetivação de uma verdade que se passa no plano da sexualidade. É o momento em que a verdade é o sentido inconsciente e também é o que haveria de mais real.

No entanto, não é mais de uma simples verdade que se trata com o real quando ele é considerado impossível. O primeiro parágrafo de *Televisão* (Lacan, 1974) indica outro tipo de verdade. Trata-se de uma verdade não-toda que expressa as repercussões de uma outra abordagem analítica do sintoma.

Como veremos mais à frente, a verdade dessa citação e de tantas outras não é algo simples. Esse estatuto de verdade que tem a ver com o impossível não opera na experiência analítica se comportando como um índice nominalista. Não há uma representação especial dentro de um universo simbolicamente estruturado com representações definidas que expressaria inteiramente o *real*. Aqui não há uma representação que acalmaria a sede de sentido inconsciente do sintoma, uma representação que seria capaz de formar um todo, um símbolo coeso, um signo mítico no qual significante encontra na dimensão da linguagem o seu significado final. As palavras, material próprio à análise, são suportadas pelo significante e não atendem à pretensão dessa forma de conceber verdade. Tal pretensão é considerada *impossível* e a psicanálise busca demonstrá-la.

Como procuraremos mostrar no avanço desse trabalho de pesquisa, o impossível se denota quando o real no ensino de Lacan não se definiria mais enquanto o sentido inconsciente. Quando verdade está deslocada e o sentido inconsciente, comicamente diríamos, não faz mais sentido, aí então advém a

categoria do impossível exatamente por ser a tradução lógica do impasse que se faz constante no plano da representação.

Não hesito em falar do real, e isto há um bom tempo, já que foi mesmo por aí que dei o primeiro passo desse ensino. Depois com os anos eis que surge uma formulazinha - o impossível é o real. Deus sabe que disso não se faz de golpe de abuso. (Lacan, 1969-1970, p. 157)

Em *Televisão* (Lacan, 1974), o real já não é alcançado com o sentido do inconsciente, ou melhor, o sentido do sintoma submetido às leis do inconsciente estrutural, às leis de condensação, *Verdichtung*, e deslocamento, *Verschiebung*, ou seja, o inconsciente interpretável. Em 1974, ano da publicação desse escrito, o real já tinha sido precipitado do sentido produzido pelo cruzamento do registro imaginário e do simbólico. Mais à frente se argumentará que o estatuto do real advém com uma economia própria, ou seja, com positividade própria, condizendo com a experiência clínica de que há sintomas dos quais o gozo a interpretação se faz inoperante (Cottet, 2011). Desse modo, faz-se ainda mais necessário um corte (epistemológico) capaz de desmembrar a verdade como índice do sentido, e coloca-la em relação ou como índice do real – corte esse, como veremos, análogo àquele feito pela fundação da ciência.

A verdade deixa de ser simples e redutível a um sentido dado e interpretável. Ela será entendida e formulada, portanto, como tendo uma estrutura especial, uma estrutura de ficção – “a verdade tem estrutura de ficção” (Lacan, 1998, p. 452) –, ficção estruturada frente ao impossível de representar.

Os termos *dizer*, *verdade*, *impossível* e o conceito de *real*, desprendidos da citação acima e que agrupamos sob a observação de que são centrais à psicanálise, quando conjugados e separados de distintos modos são capazes de constituir alguma versão da causalidade. Por exemplo: na teoria da sedução sexual, primeira hipótese levantada por Freud (1896), a etiologia do sintoma era compreendida como decorrente da sedução de um adulto que se dirige a uma criança, um ser marcado pela prematuridade. A causa da neurose é um “gozo sexual antecipado” (Freud, 1986, p. 154), uma excitação traumática desproporcional e insuportável ao *infans*.

A importância do elemento ativo na vida sexual como causa das obsessões, e da passividade sexual na patogênese das histerias, parece até mesmo desvendar a razão da conexão mais íntima da histeria com o sexo feminino e da preferência dos homens pela neurose obsessiva. Às vezes deparamos com um par de pacientes neuróticos que formaram um casal de pequenos amantes em sua mais remota infância – o homem sofrendo de obsessões e a mulher, de histeria. Quando se trata de irmão e irmã, pode-se cometer o

equivoco de tomar como resultado da hereditariedade nervosa o que é, de fato, consequência de experiências sexuais precoces (Freud, 1986, p. 154)

Nessa primeira hipótese, a verdade do fato, ou mesmo o “fato verdadeiro”, seria alcançável através do processo de rememoração, *Erinnerung*, já que ele fora recalçado. A realidade do fato é, tomada assim, a própria causa e a verdade seria encontrada pela rememoração do ocorrido. Essa hipótese propunha que o analisante encontraria a verdade esquecida na rememoração e, desse modo, alcançaria o real unicamente pela restituição do sentido do que ocorreu. Uma operação de solda no dizer, verdade e real seria alcançada pela rememoração, e a análise não passaria de uma espécie de correção de um problema cognitivo, restaurando a relação do sujeito com a realidade passada.

Freud abandonou tal teoria e não se deteve no método catártico (Freud, 1897). Quando a sedução, o espancamento, a castração, cenas que tanto surgem nas narrativas do paciente, são assimiladas como fantasias, admite-se desde então a sua estrutura ficcional.

Freud descobriu, de um lado, a extrema precocidade das experiências sexuais infantis, e, de outro lado, a dificuldade eletiva dessas experiências precoces de se integrarem no sistema de representações que constitui o eu inconsciente. (...) A teoria do trauma, entretanto, não dava lugar à implicação do sujeito na cena narrada; ora, logo se descobriu que esta, comumente, era assimilável a uma fantasia inconsciente. (Conté, 1995, p. 79-80)

A perspectiva de que o trauma não está ao nível das fantasias já admite um certo nível do real lacaniano, nível no qual o dizer é impotente para alcançar a verdade, ou melhor, toda verdade ou o sentido da verdade, porque, afinal, o saber analítico enuncia que o sentido do sentido é insustentável logicamente. Essa é a principal consequência clínica, e também ética, desse real impossível de ser alcançado pela representação.

A tese de que o real é impossível é central no campo da psicanálise. Freud, primeiramente, encontrou esta impossibilidade quando decifrou a natureza ficcional do traumatismo de sedução sexual. *Proton pseudos*, verdade mentirosa, índice de que o real, isto é, a origem do desejo sexual, é impossível de saber. (Coelho dos Santos & Lopes, 2013, 348-349)

O saber analítico enuncia uma relação primitiva do saber com a sexualidade. Tal relação é marcada por interditos, como nos legou Freud com a exploração técnica e teórica das análises. Por sua vez, Lacan, com seu o realismo estrutural,

nos legou uma compreensão dessa relação de forma mais aproximada da lógica e dos estudos da linguagem.

A estrutura, para adquirir consistência, depende de operações cujo caráter é essencialmente o de negação. Freud pôde lançar mão e reunir, em textos como *A pulsão e seus destinos* (Freud, 1915), uma série de termos que indicam operações de negação – tais *Ausstossung* (expulsão), *Vereinigung* (incorporação ou introjeção), *Verdrängung* (recalque), *Verwerfung* (forclusão ou foraclusão), *Verneinung* (negação ou denegação) e *Bejahung* (afirmação) –, operações essas das quais depende a estruturação do sujeito. Lacan se esforça, desde o início do seu ensino, para formalizar o real em dependência dessas operações freudianas, predominantemente simbólicas. Em suma, o real por um bom tempo se consolida como uma instância essencialmente negativa, avessa e resistente aos processos de formalização e reflexão, mas necessária à consolidação da estrutura simbólica que rege o psiquismo.

De que real se trata no realismo lacaniano? Antes de tudo, o da castração. [...] O passo de Lacan é vincular esse real ao impossível em jogo no surgimento da lógica matemática. A consistência lógica depende de um ponto indecidível, impossível de representar, sobre o qual não é possível dizer se é verdadeiro ou falso (Coelho dos Santos, 2008, p. 188)

Importante ressaltarmos uma condição epistemológica de grande peso: o real da psicanálise é propriamente a realidade encontrada no curso de uma análise, uma realidade que se denota pela experiência do analisante, seja em torno do deciframento do sentido inconsciente, como estipula a clínica clássica, ou em torno de um impossível próprio ao seu dizer.

Encontrar essa impossibilidade decorre do próprio curso da análise. Quando se encontra a impossibilidade numa análise, encontra-se a realidade. Não a realidade externa, mas uma realidade, num certo sentido, interna ao próprio curso da análise, que resulta de seus impasses. É isso que Lacan chamou de real, dito de outra forma, a realidade como experiência do impossível de dizer. (Miller, 2012, p. 29)

O real de que se trata na clínica psicanalítica é interno ao seu próprio discurso, apreendido e cernido no decorrer da própria experiência de uma análise, ou seja, quando há um analisante e um analista. Desse modo, não podemos falar de um real, ao menos daquele conceituado por Jacques Lacan no decorrer de seu ensino, externo ao tratamento analítico.

psicanálise, portanto, é o que torna a verdade uma categoria minimamente problemática, pois a desvincula da realidade orientada pelo senso comum, pela religião, pelos ideais e, em boa medida, pela filosofia.

Quanto a essa propriedade dos conceitos na psicanálise, Coelho dos Santos & Lopes (2013, p. 378) argumentam que sendo a psicanálise e a ciência definidos por Lacan como discursos, eles devem ser considerados como artifícios da razão, criados a partir da suposição de um primado lógico – o real impossível. Tanto a ciência quanto a psicanálise, segundas as autoras (2013), definem-se pelas suas consequências que, no caso da psicanálise, está circunscrita pela sua prática, especialmente a prática clínica.

O real enquanto impossível de se representar, portanto, pode bem ser a formulação lacaniana que melhor ressalta aquilo que, do âmbito da experiência analítica, os conceitos foram capazes de articular. A constante recorrência de Lacan à linguística estruturalista, à filosofia, às matemáticas, à lógica etc. não apenas tinha como objetivo apreender o que há de real na experiência de uma análise, mas também a de subvertê-los, colocando-os em relação ao real que a psicanálise demonstra.

Delimitar de início essa especificidade do real psicanalítico nos mostra que na psicanálise o estatuto da linguagem se define de forma distinta daquela preconizada pelo nominalismo pós-moderno. A psicanálise lida com algo do real que não é uma prática meramente historicista (Coelho dos Santos, 2008, p. 188). É possível assegurar que há um realismo lacaniano desde os momentos iniciais do retorno a Freud. Tal realismo foi, sem dúvida, gradativamente sendo formulado e cada vez mais afinado à lógica. Se o saber analítico enuncia uma relação primitiva do saber com a sexualidade, e que tal relação é marcada por interditos e negações, como nos fez reconhecer Freud com a exploração técnica e teórica das análises, Lacan, por sua vez, com seu realismo estrutural, nos legou uma compreensão dessa relação entre saber e sexualidade de forma mais aproximada da lógica e dos estudos da linguagem. O real da psicanálise desde Freud é sexual e Lacan segue a risca essa notação freudiana em todo seu ensino, mas formalizando-a de uma forma, até então, inédita no movimento psicanalítico.

1.2 – A função de real

A adesão de Jacques Lacan à psicanálise partiu dos seus estudos sobre a psicose, diferentemente de Freud que pôde criar o dispositivo analítico a partir do tratamento das neuroses, em especial da neurose histérica, após uma longa e extensa trajetória de estudos e reflexões em neuroanatomia e clínica neurológica (Birman, 2010). Enquanto o inventor da psicanálise descende da escola médica de Helmholtz, muito direcionada aos estudos neurológicos, o psicanalista parisiense enveredou-se pela psiquiatria, tendo como principal mentor Gaëtan Gatian de Clérambault.

Essa particularidade dos primórdios do pensamento lacaniano se deve, não apenas, à sua especialização médica, a psiquiatria, e os casos que atendia e se dedicou a estudar, mas à sua capacidade de desenvolver uma crítica ousada à orientação médica da época que considerava o fenômeno alucinatório um fato clínico entendido enquanto um conjunto variado de ilusões ou sensações errôneas e distorcidas. Os principais trabalhos do período “pré-Seminário” indicam claramente que nesse primeiro momento teórico já se encontram reflexões fundamentais para que seja formalizada a noção de real – ou, como ele define na época, *função de real* –, reflexões que se derivam de seu esforço teórico peculiar de introduzir os indícios da existência da realidade psíquica na consideração médico-científica.

Vejamos abaixo como ele prossegue nessa empreitada.

Em sua tese de doutorado intitulada *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade* (Lacan, 1987), Lacan busca promover um avanço na acepção nosológica da psicose de modo a considerá-la um tipo clínico com propriedade e estrutura próprias. Nesse trabalho, ele buscou esclarecer que a medicina tende a abordar a psicose partindo de uma total incompreensão sobre a realidade psíquica dessa estrutura. Tal incompreensão ele localiza em um “hiato” entre a constituição e a manifestação psicopatológica. Diferentemente dos quadros demenciais que se caracterizam pelo déficit capacitário de causa orgânica, a psicose escapa a este “paralelismo orgânico” na ausência de déficit e de lesão orgânica. É um distúrbio relacionado à “afetividade”, ao “juízo” e à “conduta”, processos que de modo geral estão relacionados à “síntese psíquica” que, segundo a compreensão de Lacan em sua tese, está relacionada com a “personalidade” (Lacan, 1987, p. 01-02).

Alguns anos depois no seu escrito *Para-além do "Princípio de realidade"* (Lacan, 1998), um dos trabalhos mais antigos de Lacan que se encontram na coletânea *Escritos*, encontramos argumentações que avançam conceitualmente em relação à sua tese por eleger a imagem como um fenômeno de importância capital na abordagem da realidade psíquica. Esse escrito entra no conjunto daqueles que permeiam a chamada fase do imaginário no ensino de Lacan, apesar de que também ele nos apresenta outra série de proposições que já indicam a necessidade de se introduzir na psicanálise uma doutrina aprofundada em torno do campo da linguagem. Mas o que se destaca nesse escrito é a relação existente entre o lugar privilegiado da imagem e uma reflexão de grande importância epistemológica que reside no que foi denominado de *função do real* (Lacan, 1998, p. 79). Como o próprio Lacan deixa evidente (1998, p. 90), tal função foi importada dos trabalhos do químico, epistemólogo e filósofo da ciência Émile Meyerson.

Lacan nesse momento já adota uma abordagem propriamente fenomenológica e dialética da experiência analítica, índice teórico da influência do filósofo hegeliano Alexandre Kojève, mas sem desenvolver ainda o que resultará em sua futura adesão ao estruturalismo linguístico. A partir da relevância de se considerar a existência de uma intencionalidade própria ao sujeito (um dado que a fenomenologia revela) e o lugar do interlocutor como índice de um outro (concebido no interior de uma dialética), experiência subjetiva e linguagem, mostram-se “uma relação tão simples que parece furtar-se ao pensamento”, na qual “a linguagem, uma linguagem, isto é, um signo” se apresenta como o próprio dado da experiência de uma análise (Lacan, 1998, p. 85-86). Podemos ver na dedução “uma linguagem”, uma antecipação do que virá ser a forma particular a Lacan e clássica em seu ensino de apreender o inconsciente como estruturado como *uma linguagem*. No entanto, mesmo tendo sido um prelúdio do que viria ser um encontro fecundo da psicanálise com o estruturalismo linguístico, o que se verifica mesmo é uma centralidade dada por Lacan às imagens como aquilo que propriamente participa da realidade psíquica. Em suma, o que Lacan introduz e desenvolve em *Para-além do Princípio de realidade* é a função de real na psicanálise como estratégia epistemológica para indicar que há uma predominância da imagem na realidade psíquica apreendida pela clínica.

Uma leitura crítica do positivismo das concepções associacionistas em psicologia, concepções que se ampliaram em princípios que posteriormente viriam

embasar o behaviorismo, serve como mote para que Lacan, nesse escrito, balizasse o que entendemos como o início do realismo lacaniano. De que modo? Vejamos:

O associacionismo concebe que estados mentais diversos têm associação direta à causas determinantes. Baseia-se, principalmente, no experimento clássico pavloviano que demonstra como o toque de um sino pode se associar à causa do processo fisiológico de salivação. Lacan pode seguir um posicionamento crítico ao associacionismo posicionando essa teoria no âmbito de uma empreitada científicista que buscaria uma *garantia de verdade* segundo a *função do verdadeiro* (Lacan, 1998, p. 79). Ou seja: o experimento pavloviano nada mais do que tem a intenção de a se estabelecer a perspectiva que todo evento do organismo deve estar articulado à realidade, sendo essa realidade a balizadora do que é verdadeiro. Tal garantia de verdade, que do ponto de vista filosófico tem seu lugar no campo transcendental, produz um certo forçamento, de modo que o associacionismo, segundo ele, introduz algo de não-positivo na constituição mesma do objeto da psicologia (Lacan, 1998, p. 78). Lacan introduz então, no âmbito da discussão sobre a causalidade psíquica e como alternativa ao peso metafísico da função do verdadeiro, a perspectiva da *função de real*.

O associacionismo segue a concepção de que o fenômeno alucinatorio é um erro dos sentidos e a imagem, uma ilusão, uma sensação enfraquecida. A crítica da psicanálise a desvalorização e o escamoteamento desses fenômenos possibilitam revitalizá-los e situá-los fora da concepção associacionista, não atribuindo-lhes simplesmente a condição de epifenômenos de um processo mecanicista e desarticulado da *função do verdadeiro*. Lacan denuncia a tentativa da psicologia associacionista de escamotear um “imenso número de fenômenos psíquicos” (1998, p. 82), tomando-os como insignificantes e relegando-os à condição de epifenômenos – a alucinação e a imagem são desvalorizados, o primeiro como falsa sensação e o segundo ilusão. Freud, ao contrário da psicologia experimental e associacionista, sinaliza uma “submissão ao real” (Lacan, 1998, p. 84) por reconhecer e buscar incidir na realidade psíquica, acessando o testemunho do próprio sujeito encontrado em seu depoimento.

[...] À medida que o sujeito prossegue na experiência e no processo vivido onde se reconstitui a imagem, a conduta deixa de imitar sua sugestão, as lembranças retomam sua densidade real, e o analista vê o fim de seu poder, doravante inutilizado pelo fim dos sintomas e pelo arremate da personalidade. [...] Sua ação terapêutica [...] deve ser essencialmente

definida como um duplo movimento pelo qual a *imagem*, a princípio difusa e fragmentada, é regressivamente assimilada ao real, para ser progressivamente desassimilada do real, isto é, restaurada em sua realidade própria. Ação que testemunha a eficiência dessa realidade (Lacan, 1998, p. 88-89)

Como é possível ler no trecho acima, a introdução da função de real na psicanálise é fundamental, pois consideramos que seja o ponto decisivo que separa a psicanálise da psicologia. Não tomar a alucinação como uma percepção falsa é um passo que desvincula decisivamente a psicanálise da armadilha de desvalorizar a noção de inconsciente em prol do conceito de automatismo da psiquiatria clássica, automatismo esse que é fundamental, por exemplo, para as atuais neurociências e terapias cognitivas. O objetivo de uma terapia que abdica da noção de inconsciente, como são as atuais TCCs (Bassols i Puig, 2015), consiste principalmente em identificar e modificar pensamentos automáticos a partir da recopilação de dados empíricos, ou seja, estabelecer a *função do verdadeiro*. Ao se abrir mão de uma realidade própria à experiência da linguagem e da sexualidade, própria à realidade psíquica descoberta pela psicanálise, o que impera é a dita realidade verdadeira supostamente proveniente da experiência empírica. A noção de erro cognitivo, tão caro ao cognitivismo, pretende reduzir os fatos clínicos somente à disfunção entre o correlato da realidade mental e a realidade externa, orientar a realidade mental a partir da função do verdadeiro. Tal correspondência nada mais é do que um falso-mito que, diferentemente dos mitos psicanalíticos como o Édipo e o Pai da horda primitiva, desconhece o sujeito do inconsciente e os seus impasses na civilização em prol da ideologia adaptacionista.

Desconhece-se o verdadeiro motor que os move, o poder da sugestão e da ideologia de um discurso que determina os critérios de adaptação e rendimento. Em tudo isso, já não existe sujeito, apenas uma subjetividade mal delineada em nome da ciência (Bassols i Puig, 2015, p 102)

Por mais que a noção de real esteja no início de sua conceitualização, esse escrito de 1936 demonstra que a desmontagem das concepções psicológicas possibilita que a adesão ao modelo freudiano seja retomada partindo de uma reflexão mais rigorosa do psiquismo, articulada a uma reflexão epistemológica fundamental. Atualiza, para sua época, que tal modelo concebe um estatuto teórico e clínico distinto e mais amplo. Fica claro que a introdução da *função do real* na psicanálise primeiramente pavimentou a apreensão lacaniana do inconsciente

estruturado como uma linguagem e seu realismo estrutural, ou seja, que o psiquismo esteja aparelhado por uma realidade estruturada e intimamente relacionada à adoção de perspectivas advindas do encontro de Lacan com o estruturalismo linguístico e antropológico.

Mas retomemos o conceito de imagem.

1.3 – O Eu, a imagem e o real.

Em *O estádio do espelho como formador da função do eu* (Lacan, 1949), Lacan apresenta devidamente à comunidade psicanalítica a importância da imagem na constituição subjetiva. Parte da já consolidada teorização sobre o narcisismo. A imagem especular, a imagem refletida no espelho, torna-se o principal paradigma ao se tratar do imaginário. Desta forma, a noção de narcisismo elaborada por Freud ganha um novo âmbito teórico quando se articula à observação da criança em seus primeiros meses em sua relação com a imagem especular. Tal imagem tem efeitos formadores, “*como uma identificação*”, diz Lacan, e o que ele denomina de estádio do espelho nada mais é que uma “transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1998, p.97). Essa assunção que ocorre nas primeiras relações do sujeito com o outro formata o processo que será reconhecido no âmbito do estruturalismo lacaniano como o eixo imaginário.

O que é evidente nesse escrito é o destaque que Lacan dá ao lugar do organismo humano e à sua condição: prematuro no nascimento e em descontinuidade e discordância com a natureza. É a incidência da imagem, portanto, e seus efeitos formadores, efeitos gestálticos que, no organismo caótico e fragmentado, constitui a imago corporal e dá lugar à “permanência mental do [eu]” (LACAN, 1998, p.98). Estes efeitos estarão retroativamente em oposição à experiência de fragmentação corporal.

A condição de descontinuidade e a discordância do organismo são fundamentais na medida em que, diferentemente de outros animais, a relação do humano com a natureza, diz Lacan, é alterada. Ao humano não cabe simplesmente uma imagem que funcione para estabelecer a relação do organismo com o mundo natural, relação entre *Innerwelte* e *Umwelt* – terminologia adotada pela

fenomenologia advinda do biólogo estoniano Jakob Von Uexküll. Afinal, para além desse tipo de imagem, o sujeito privilegia a imagem do corpo próprio. Lacan concluirá posteriormente essa questão ao afirmar que a psicanálise implica “o real do corpo e o imaginário de seu esquema mental” (LACAN, 1998, p.818)

Lacan também inicia em “O estádio do espelho” um importante debate acerca da função da consciência. Contrapõe-se ao existencialismo – empreitada na época à cabo de Jean-Paul Sartre com a sua tentativa de fundamentar uma psicanálise existencial –, criticando toda acepção da função da consciência que não se baseia no efeito alienante da imagem e na ilusão de autonomia provida dos “desconhecimentos constitutivos do eu” (Lacan, 1998, p.102). Quinze anos depois, ele retomará esse ponto, em “Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval” (Lacan, 1998), dizendo que “a única função homogênea da consciência está na captura imaginária do eu por seu reflexo especular no espelho e na função de desconhecimento que lhe permanece ligada” (Lacan, 1998, p.846).

A proeminência do imaginário é de grande importância nos primeiros anos do ensinamento de Lacan, ao ponto dele afirmar que “é sempre em volta da sombra errante de seu próprio eu que estruturarão todos os objetos do seu mundo. Eles terão um caráter fundamentalmente antropomórfico, digamos mesmo egomórfico” (Lacan, 1978, p.198). Por outro lado, é importante lembrar que desde “O estádio do espelho”, Lacan já considera que, concomitante à assunção da imagem, perfila-se a própria matriz simbólica da qual advirá toda a dialética ulterior – a identificação imaginária se efetua por uma marca simbólica:

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar numa dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (LACAN, 1998, p.97)

Temos, portanto, a partir do desenvolvimento inicial da noção de imaginário em Lacan uma compreensão capital acerca da função que o reconhecimento da imagem do outro especular, como imagem do corpo próprio, tem sobre um déficit que se localiza no âmago do organismo, o caos e a fragmentação, déficit esse que tem íntima relação com o real. O discurso de um sujeito esquizofrênico e as fantasias de despedaçamento corporal atestam isso.

Se o organismo se encontra fragmentado em diversos órgãos, com fronteiras nem sempre definíveis, a unidade corporal também revela sua natureza de corpo despedaçado, seguindo outras fronteiras experimentadas pelo sujeito de diversas formas e em diversos fenômenos, das alucinações aos sonhos, passando pelas fantasias do corpo despedaçado. Essa junção ou conjunção a partir de suas fissuras, entre o real do organismo e o imaginário da unidade corporal, será operada unicamente pelo simbólico da linguagem. [...] Uma vez situada essa heterogeneidade de ordens, torna-se impossível localizar uma função de unificação ou síntese como aquela que se atribuí a consciência (Bassols i Puig, 2015, p. 43-44)

A fixação em uma imagem especular e o júbilo do infans estão relacionados à anuência da imagem pelo outro, momento basal que, em um primeiro período teórico, relaciona-se com a própria possibilidade do sujeito de se identificar com a imagem do seu semelhante, dando-lhe condições para que passe do eu especular ao eu social (Lacan, 1998, p.101). Essa passagem, que vincula o eu às situações socialmente elaboradas, tem seus pormenores. É a consistência teórica do próprio modo como Lacan considera o que Freud desenvolveu em *Introdução ao narcisismo* (Freud, 1914), de modo a poder encontrar seu lugar teórico na sua concepção de inconsciente estrutural. No texto célebre sobre a noção de narcisismo, Freud, além de considerar os tipos de escolhas de objeto – tema que aprofundará em *Pulsão e seus destinos* (Freud, 2010) –, lança mão das noções de *ideal de eu* e *eu ideal*. Lacan poderá, então, localizá-los de forma mais precisa, atendendo a sua concepção de inconsciente estrutural e desenvolvendo o que ele chama de matriz simbólica no cerne do imaginário, quando explora detalhadamente a diacronia própria ao grafo do desejo, em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, de 1960 (Lacan, 1998).

Em diversos momentos dos seus *Escritos* Jacques Lacan reitera o que a experiência analítica revela ser o Eu: uma função de desconhecimento (Lacan, 1998, p. 675). Sabemos que ao tomar a instância do Eu desse modo, Lacan inicia seu amplo projeto de retorno a Freud, que tem como um dos objetivos fazer frente às tendências pós-freudianas de terapeutizar o psiquismo e buscar adaptar o Eu à realidade. Como dirá no ano de 1967, em *Da psicanálise em suas relações com a realidade* (Lacan, 2003, p. 352), conceber em psicanálise um Eu autônomo é o que bem faz um psicanalista que nos espera na 5ª Avenida, cujo anseio é “nos adaptar à realidade de seu consultório”.

Temos com os *Escritos* um projeto crítico que vai de encontro com séculos de filosofia ocidental. Na psicanálise, sujeito e Eu não devem ser confundidos, pois a

experiência revela uma dissociação entre sujeito, reflexividade da consciência e a unidade do Eu. Em escritos como *O estádio do espelho como formador da função do eu*, *A agressividade em psicanálise* e *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache* (Lacan, 1998) podemos ler uma parte importante do delineamento desse projeto teórico no qual Lacan critica decisivamente as noções de autonomia do Eu, de síntese do Eu e da centralidade da consciência. Tal crítica se dá concomitante ao seu trabalho de teorizar sobre o que a experiência analítica evidencia: a proeminência da matriz simbólica sobre a dimensão imaginária. Nessa imbricação, propriamente inconsciente, que coloca o estatuto do Eu em função da alienação e do desconhecimento, o que a psicanálise promove como essencial é a “ignorância em que se acha o sujeito, pelo real do qual recebe sua condição” (Lacan, 1998, p. 673). O recurso à observação da criança em júbilo frente ao espelho e ao esquema óptico, que conjuga espelho convexo e espelho plano, serviu de ferramenta principal a Lacan na difícil introdução no âmbito disciplina psicanalítica dessa dimensão imaginária que se estrutura simbolicamente e que se impõe à condição real do desamparo primordial.

O modelo óptico que Lacan traz no texto *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”* (1998) abarca de modo mais ilustrativo e complexo essa função de desconhecimento que o estádio do espelho vem configurar. O que o modelo óptico deixa evidente é a virtualidade própria que se configura no espelho plano quando este reflete, para o sujeito, uma montagem na qual participa o espelho convexo. Em suma, o que esse modelo faz é colocar as flores dentro do vaso invertido, operação que se traduz psicanaliticamente como a fixação libidinal do sujeito em uma imagem, eu ideal, que se detém corporalmente (o vaso) graças à marca de um ideal advindo do campo do Outro, o ideal do eu. “O processo analítico”, dirá Lacan (1998, p. 682-683), “escande o progresso libidinal”, como vemos no modelo óptico, “com ênfases colocadas no corpo como continente e em seus orifícios”.

O modelo óptico introduz o espelho convexo que, a “grosso modo”, diz Lacan, representa uma função global do córtex, aquilo que n’*O estádio do espelho* já é indicado como comportando um “espelho intra-orgânico” (Lacan, 1998, p. 100). No entanto, o anti-desenvolvimentismo e o anti-evolucionismo próprios da reflexão lacaniana o faz defender a tese de que haveria uma “prematuração perceptiva” em “discordância com o desenvolvimento neurológico” (1998, p. 682). Pode-se dizer que

essa é uma de suas teses mais radicais, pois afirma que tal prematuraç o não está condicionada ao que está geneticamente programado, mas se relaciona   presença de uma matriz simples de combinatória significativa que foi capaz de instaurar a diferença e a contradição.

O sujeito se fundamenta, assim, no conceito de *falta-a-ser*, fruto de uma visada anti-epistemológica do Lacan, exatamente por ele não aderir à perspectiva de que o campo perceptivo em questão esteja regido por disposições subjetivas para conhecimento – o sujeito da psicanálise não é um conhecedor, um sujeito que busca conhecimento do mundo.

O que se d , primordialmente,   instauração do lugar de uma ausência, de uma falta constitucional, a entrada de um furo no real. A estrutura cria um “lugar que exige que o nada esteja no princípio da criação” (Lacan, 1998, 673), e que repercute subjetivamente como uma busca do sujeito por uma identificação simbólica no campo do Outro.

A prematura o perceptiva não passa de uma *prematura o simbólica* (Lacan, 1998, p.661), a inscrição do sujeito no discurso do Outro. Portanto, a percepção da qual Lacan trata, relaciona-se iminentemente   identificação/alienação do sujeito com uma imagem que toma como a sua própria, capaz de fazer corpo e dar uma realidade imaginária para a libido. Em termos freudianos isso é concebido como “o encontro do sujeito com a imagem narcísica” (Lacan, 1998, p. 675).

Desde a segunda t pica freudiana (Freud, 2011), não há Eu sem coordenadas inconscientes – o que deslegitima, logo de saída, as tentativas de igualar Eu com a consciência. Tais coordenadas, a matriz simbólica, o discurso do Outro, que delineiam para o sujeito o Ideal do eu e cria fixações libidinais. É isso o que uma análise busca revelar. Na altura do texto *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache* (Lacan, 1998), Lacan toma a psicanálise como uma experiência estruturada a partir da instauração do analista no lugar do Outro, mas um Outro que gira o espelho, deixando-o de algum modo cair, por não se comprometer com as matrizes simbólicas sociais e familiares que condizem e autorizaram determinadas fixações imaginárias do sujeito. O sujeito acompanha esse giro até o ponto de poder reconhecer a ilusão a que se submeteu como corpo. A análise propõe uma “mola superior da subjetivação” que busca fugir daquilo que Freud explicita em *Psicologia das massas e análise do Eu* (Freud, 2011), na qual os sujeitos sob uma liderança estão detidos em um denominador comum, um ideal que promoveria a síntese de

um Eu forte. A mola da subjetivação está na função da fala. É ela que é capaz de reconstituir o discurso inconsciente no qual o Eu se reteve, reduzindo os ideais, e resgatando o seu desejo para novas possibilidades de investimento, encontrando o objeto a causa de desejo por uma outra perspectiva que não seja a partir daquilo que “ele foi para o Outro em sua ereção de vivente” (Lacan, 1998, p. 689).

Toda dialética na qual se envolve o imaginário, assim como a função do Eu, parte de um dado fundamental e na qual Lacan sempre se deteve: a repercussão de um déficit primordial no organismo humano. As imagens pessoais e da cultura se proliferam em torno desse real do organismo. Jacques-Alain Miller (2005) formula um matema que, segundo ele, resume as múltiplas de considerações de Jacques Lacan a respeito da imagem:

$$\frac{i(a)}{\frac{a}{(-\varphi)}}$$

(Miller, 2005, p. 317)

Esse matema se lê: imagem do corpo próprio, e abaixo o objeto pequeno a sobre menos phi da castração imaginária. A formulação desse matema pode se dividir em três etapas: 1) temos a incidência da imagem sobre a um déficit orgânico; 2) o menos primário, então relativo ao déficit orgânico, se dá retroativamente como efeito da castração e a entrada da diferença sexual que o corpo do Outro implica; e 3) a carga libidinal, o objeto a.

É possível observar que nessa formulação também se deduz as três imagens que “sobrevivem ao naufrágio do mundo da imagem na psicanálise”, “as imagens rainhas”, (Miller, 1995, p.578), quais sejam: 1) a do corpo próprio apreendido na imagem especular; 2) o corpo do Outro que se vela e; 3) o falo que se apresenta na forma erigida do pênis que se transforma em significante organizador da libido.

De qualquer modo, o que se destaca é que a montagem das imagens rainhas são subsequentes ao real do organismo, elas impõem uma razão a esse real cuja condição, em termos freudianos, é de desamparo, *Hilflosigkeit*.

1.4 – Símbolo indefinível

Alguns anos após a apresentação do “Estádio do espelho”, Lacan faz a conferência que ficou conhecida sob o título *O simbólico, o imaginário e o real* (Lacan, 2005). Contemporânea ao início de seu *Seminário* (Lacan, 1985) e ao Discurso de Roma (Lacan, 2003), ele propõe que o mecanismo das transformações que a experiência de uma análise promove aos sujeitos se procede da eficácia do uso da fala enquanto uma dimensão propriamente simbólica, capaz de delinear as arestas de um real inapreensível.

Em primeiro lugar, uma coisa não poderia nos escapar, a saber, que há na análise toda uma parte de real em nossos sujeitos que nos escapa. Nem por isso escapava a Freud quando este tinha de lidar com cada um de seus pacientes; porém, naturalmente, estava igualmente fora de sua apreensão e alcance (Lacan, 2005, p 13)

Nessa conferência ele reafirma a premissa fundamental de que a experiência analítica se diferencia do pensamento mágico, precisamente por considerar que a reversibilidade dos distúrbios neuróticos a partir da fala corresponde a uma realidade estrutural. Toma o exemplo de uma paciente em análise que relata uma fantasia como a felação. Sendo a fantasia algo propriamente imaginária, não caberia a interpretação do analista se direcionar a tomá-la como "uma fixação primitiva da sexualidade" (Lacan, 2005, p. 21), mas tomá-la em seu valor simbólico dentro do diálogo analítico. A fantasia "é feita para se exprimir, para ser dita, para simbolizar alguma coisa, e alguma coisa que tem um sentido completamente diferente" (2005, p 22), de acordo com o momento da análise. O fenômeno imaginário não se encerra em si mesmo na análise, dado o fato de se considerar a importância da dimensão simbólica da linguagem na psicanálise, o que se promove é uma forma distinta de se analisar um fenômeno: "um fenômeno só é analisável caso representa outra coisa que ele próprio" (Lacan, 2005, p 22). Ou seja, Lacan aqui já considera a estrutura simbólica da linguagem, ressaltando que entre o significante e o significado se busca uma estabilização, mas sempre persiste um impasse simbólico no discurso do analisante, impasse o qual a fantasia em toda sua matiz imaginária busca capturar e tratar.

"Ora, o que a experiência encontra é justamente outra coisa, diferente da realização do símbolo. É a tentação, pelo sujeito, de constituir (hic et nunc) na experiência analítica essa referência imaginária. É o que chamamos de tentativas do sujeito de fazer o analista entrar no seu jogo. É o que vemos, por exemplo no caso do Homem dos ratos, quando percebemos [...] que, ao contar sua história obsessiva, o grande caso clínico referente ao suplício dos ratos, há a tentativa do sujeito de realizar aqui e agora, e com Freud, essa espécie de relação sádico-anal imaginária que dá o sal da história" (Lacan, 2005, p 28-29)

Desse modo, no momento que o ensino de Lacan se inicia em seu *Seminário*, a famosa trilogia real-simbólico-imaginário já está posta, indicando ordens que se articulam e se apresentam nos mais diversos fatos clínicos.

Serge Leclaire: O senhor falou do simbólico, do imaginário. Mas havia o real, sobre o qual não falou. *JL*: Mesmo assim, falei um pouco. O real é ou a totalidade ou o instante esvanecido. Na experiência analítica, para o sujeito, é sempre o choque com alguma coisa, por exemplo, com o silêncio do analista. (Lacan, 2005, p. 45)

Nos escritos que antecedem o início de seu *Seminário – Para além do “princípio de realidade”*; *Estádio do espelho*; *Simbólico, Real e Imaginário*; etc. – a noção de imagem é central ou tinha um peso considerável, de modo que a imagem era o próprio real a ser tocado pela operação analítica – a introdução da *função de real* foi decisiva para que o real propriamente lacaniano começasse a ser gestado. A partir de sua tese e seus primeiros artigos, a primeira aposta de Lacan para apreender o real depende da concepção de uma realidade psíquica impregnada de elementos imaginários, ou melhor, um inconsciente o qual é regido propriamente pela instância imaginária. Essa aposta se estendeu até que houve o reconhecimento de que, além da função simbólica se dar a partir do reconhecimento da imagem narcísica pelo outro, garantindo assim efeitos de identificação, o funcionamento inconsciente é propriamente regido pela cadeia significante. Já no início do curso de seu *Seminário* e com os escritos que acompanham esse período, encontramos um momento importante quando a própria eficácia da estrutura simbólica advém como o que há de mais real, perspectiva teórica decorrente da filiação lacaniana ao estruturalismo linguístico. O simbólico não apenas opera com elementos próprios ao campo imaginário, mas constitui uma estrutura que é atravessada e atravessa o imaginário. O simbólico significantiza o imaginário, O real passa a ser não apenas uma função relativa ao que há e ocorre na dispersão de elementos imaginários no psiquismo – corpo fragmentado, imagens e lembranças perdidas, alucinações etc. –,

mas começa a se delinear a partir da demonstração na experiência analítica de que há impasses propriamente simbólicos, impasses nos quais o sujeito se detém.

Desde que Claude Levi-Strauss, com seu clássico artigo *A eficácia simbólica* (2008), lançou a opção de a psicanálise importar para si o pensamento estruturalista, como mesmo nos confirma Lacan (2008), adentrou-se, na compreensão do inconsciente, formas inéditas de abordá-lo. Quando cunhou a noção de “mito individual”, o renomado antropólogo fornece um importante recurso para que a dimensão simbólica se adentre e seja abordada no tratamento analítico. A principal “terapêutica psicológica” do ocidente só é eficaz no tratamento da “vítima de uma neurose” por ser capaz de “liquidar um mito individual” (Levi-Strauss, 2008, p. 283). Se o mito individual do neurótico, como se sabe, a psicanálise o apreendeu como análogo àquele do Édipo, condizendo com a persistência de Freud de que é o Édipo o que decifra o que se passa como um impasse no sentido inconsciente dos sintomas, o estruturalismo, por sua vez e como seu próprio nome diz, revelou sua condição estruturada e as leis específicas e elementares de linguagem que a regem. O forjamento do inconsciente antropológico levy-straussiano forneceu ao mito a dignidade de estrutura e, conseqüentemente, uma abordagem mais racional e pretensiosamente científica ao inconsciente.

Se a antropologia nos mostra que o mundo simbólico é uma conquista da cultura e que, como tal, também se apresenta na situação analítica, entre o analisante e o analista (Lévi-Strauss, 2008), isso não garante que ao sujeito estejam dispostos todos os significantes. A psicanálise demonstra que sempre lhe faltam significantes que garantam uma estruturação coerente da realidade vivenciada. O discurso do analisante revela que a *função do real* se sobressai à *função do verdadeiro* – o discurso está mais condicionado àquela do que a esta. Esse fato, como foi visto mais acima, foi antecipadamente formalizada por Lacan em 1936 (Lacan, 1998). No entanto, o que os primeiros seminários evidenciam é que a *função do real* nada mais indica que a própria realidade da estrutura, o simbólico como o que há de real no imaginário.

Para adentrarmos nessa problemática da pesquisa, inicialmente é preciso levantar uma simples e importante consideração a respeito dos primórdios da psicanálise lacaniana. Ela se refere à precedência em poucos meses da conferência *O simbólico, o imaginário e o real* (2005) em relação ao importante *Relatório de Roma* (2003). Indica a contemporaneidade da introdução da tríade lacaniana com a

formulação inaugural de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (Lacan, 2008, p.270). Se o conceito de real já foi bem antes usado por Lacan – noção epistemológica de *função de real* já era capaz de indicar aquilo que se furta do princípio de realidade, ao mesmo tempo em que não deixa de se efetivo no psiquismo –, é partir da conferência de 1953 que esse registro é concebido em relação aos outros dois registros, mais precisamente em relação ao reconhecimento da determinação da ordem simbólica sobre o campo da linguagem, como traz o *Relatório de Roma*:

Os conceitos da psicanálise são captados num campo de linguagem e seu domínio se estende tanto quanto é possível que uma função de aparelho, uma miragem da consciência, um segmento do corpo ou de sua imagem, um fenômeno social ou uma metamorfose dos próprios símbolos sirvam de material significante para aquilo que o sujeito inconsciente tem a expressar. Essa é a ordem essencial em que se situa a psicanálise, e que daqui para frente chamaremos de ordem simbólica (Lacan, 2003, p.145)

O que lemos em Lacan, desde o início de seu ensino, nada mais é que um constante esforço de atribuir ao fundamento da realidade a materialidade do significante.

Representação, em alemão *Vorstellung*, é antes de tudo uma noção filosófica, um termo próprio ao vocabulário filosófico, e que indica propriamente uma ideia em oposição a alguma coisa ou a representação de uma percepção (Garcia-Roza, 2009, 116-117). A psicanálise importa essa noção de representação, mas a põe em uma íntima relação ao que se formalizou em torno do inconsciente, como indica o artigo *O inconsciente* (Freud, 2010), mais especificamente em relação aos representantes psíquicos da pulsão e ao destrinchamento delas.

Freud cunha o termo *Vorstellungsrepräsentanz* (Freud, 2010, p. 115) e que foi traduzido por Lacan por "representante da representação" (2008, p. 90), assim como equacionada com a noção de significante importada do estruturalismo linguístico. Esse foi um dos principais passos lacanianos no seu retorno a Freud, afirmar que "o mundo da *Vorstellung* é organizado segundo as possibilidades do significante como tal" (Lacan, 2008, p. 78). Desse modo, toda a problemática em torno da representação em psicanálise gira em torno das leis próprias à linguagem, tomando-as como as mesmas que condicionam a estruturação do inconsciente, *Verschiebung* e *Verdichtung*, o deslocamento e a condensação, operações descobertas na

Interpretação dos Sonhos (Freud, 1900), assim como a dialética própria do recurso à fala na situação analítica.

No nível do inconsciente, isso se organiza segundo leis que não são forçosamente, Freud o diz mui justamente, as leis da contradição, nem as da gramática, mas as leis da condensação e do deslocamento, as que chamo, para vocês, de as leis da metáfora e metonímia (Lacan, 2008, p. 78)

Graças à conferência "Simbólico, Imaginário e Real" de 1953 que os três registros podem ser questionados um a partir do outro. O simbólico não poderá, portanto, ser apreendido independentemente do real. Esses dois registros são postos em relação graças à abordagem estruturalista da psicanálise. Essa observação é essencial e de grande consequência, inclusive no que tange a relação entre o discurso analítico e a ciência, como veremos mais à frente.

A consideração à ordem simbólica na psicanálise, como promulgada no *Discurso de Roma* (Lacan, 2003), é trabalhada no ensino de Lacan – como bem foi bem delineado em *O Seminário 1 - Os escritos técnicos de Freud* (Lacan, 1986), e *O Seminário 3 - As psicoses* (Lacan, 1985) –, relacionada iminentemente às estruturas clínicas. Nesse primeiro período, na continuidade da opção de entrar na psicanálise pela janela da psicose, encontra-se um consistente resgate do conceito freudiano de *Verwerfung*, traduzido ora por rejeição, ora foraclusão. *Bejahung*, literalmente “afirmação”, é tomado como propriamente o processo de simbolização primordial. Tal processo não se realiza sem se deparar com impasses e procedimentos próprios às estruturas clínicas.

A emergência desse real que se suprime da simbolização primordial se dá como algo que não se adequa, não se interpreta, fora do campo da intenção, e que no campo das psicoses se evidencia pelo fenômeno da alucinação (Lacan, 1998, p. 391)

A estrutura clínica da neurose, por sua vez, os efeitos de significação estão submetidos à *Verdrängung*, ao recalque.

A *Verdrängung*, o recalque, não é a lei do mal-entendido, é o que se passa quando isso não cola ao nível de uma cadeia simbólica. Cada cadeia simbólica a que estamos ligados comporta uma coerência interna, que faz com que sejamos forçados em tal momento a devolver o que recebemos a um outro. Ora, pode acontecer que possamos devolver em todos os planos ao mesmo tempo, e que, em outros termos, a lei nos seja intolerável. Não que ela o seja em si mesma, e sim porque a posição em que estamos comporta um sacrifício que é reconhecido como impossível no plano das significações. Então, recalcamos nossos atos, nossos discursos, nossos comportamentos. Mas a cadeia nem por isso deixa de correr por de baixo, a

expressar suas exigências, de fazer valer sua dívida, e isso, por intermédio do sintoma neurótico. É nisso que o recalque é do âmbito da neurose. (Lacan, 1999, p. 100-101)

No caso da psicose, trata-se, como se sabe, da forclusão estrutural, da ausência no simbólico do significante Nome-do-Pai enquanto ordenador das significações. O mote lacaniano para entender a relação entre o mecanismo da *Verwerfung* e o fenômeno alucinatório – fato clínico e característico do desencadeamento da psicose, mas que também pode estar presente, por exemplo, em situações de carência temporária da metáfora paterna – é expresso pela máxima “o que é recusado na ordem simbólica ressurge no real” (Lacan, 1985, p. 13). A ordem simbólica, conseqüentemente, se passa para a psicose de forma distinta da neurose

Na relação do sujeito com o símbolo, há a possibilidade de uma *Verwerfung* primitiva, ou seja, que alguma coisa não seja simbolizada, que vai se manifestar no real. A categoria do real é essencial ser introduzida, ela não pode ser negligenciada nos textos freudianos. Eu dou a ela esse nome enquanto ela define um campo diferente do simbólico. É somente a partir daí que é possível aclarar o fenômeno psicótico e a sua evolução (Lacan, 1985, p. 98)

Concomitante a esse período inicial do ensino lacaniano, é proferida a *Introdução e a Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud* (Lacan, 2008, p. 370-401), momento importantíssimo onde ele articula os três registros Real-Simbólico-Imaginário com as diversas operações que compõem a dimensão da negatividade em Freud. Lacan (1998, p. 897-898) evidencia que a constituição do real, entendido em termos freudianos, parte de uma operação primária e fundamental e que instaura o domínio do princípio do prazer. Trata-se de uma operação eminentemente dupla que de *Einbeziehung*, “atração”, e *Ausstossung*, “expulsão”. A *Bejahung*, a simbolização primordial, sustenta-se a partir dessa operação que se dá no âmbito do psiquismo,

Einbeziehung ins Ich, a introdução no sujeito, e a *Ausstossung aus dem Ich*, a expulsão para fora do sujeito. É esta última que constitui o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização. (Lacan, 1998, p. 390)

Fica evidente que, de um modo geral, Lacan realiza uma abordagem do simbólico baseada em uma inversão do estruturalismo linguístico. Como psicanalista, não segue à frente essa proposta sem asseverar que não há uma ordem no mundo simbólico que não seja aquela na qual advém o sujeito.

A inversão imediata do signo linguístico saussureano a partir do algoritmo S/s consistiu em uma reinterpretação de Saussure, "apoiando-se na descrição freudiana dos processos primários no sonho (transformando-se a condensação e o deslocamento em metáfora e metonímia)" (Conté, 1995, p. 257). Conté (1995, p. 258) contribui nesse ponto com uma observação fundamental. No tocante ao símbolo, Lacan o toma como não sendo possível de ser definido, "já que isso contradiria a lei geral do significante de não ser estritamente apensável a nenhuma significação particular". Desse modo, pela perspectiva psicanalítica, o símbolo é indefinível. Apesar dessa indefinição do que vem a ser um símbolo, a experiência analítica não deixa de constatar uma profusão de signos nas formações do inconsciente. "Todos os símbolos", dirá Conté, "são sexuais, mas por falta: eles fazem alusão ao sexo, mas pulula, é precisamente em torno de um lugar sempre vazio" (1995, p. 267). Sabe-se bem que é isso que já atesta os estudos freudianos sobre o simbolismo dos sonhos.

A função do simbólico está intimamente relacionada ao campo dos objetos. O paradigma do "Fort-Da", para o entendimento de como *infans* ingressa ao mundo simbólico e detalhado por Freud em *Além do princípio do prazer* (Freud, 2010, p. 161), nada mais indica que adentrar no mundo da palavra é perpetrar o assassinato da coisa. Em suma: em virtude do símbolo, o *infans* "não mais encontrará, de seu ser, outra coisa senão esse efeito de queda a que chamamos de objeto pulsional" (Conté, 1995, p. 258)

Se em psicanálise, mais precisamente no primeiro ensino de Lacan, a função simbólica é tomada como consonante à função paterna, o que as tornam praticamente sinônimas, e se também se abarca o fato de que no âmago do simbólico o que há é essencialmente o trabalho do significante, o que se constata, portanto, é que aquilo que a cultura ou o mundo simbólico toma como "pai" não passa de uma metáfora.

Se o caso do pequeno Hans, como bem ilustra Lacan no *Seminário 4 - A relação do objeto* (Lacan, 1995), indica a criação de uma metáfora fóbica que se constitui no lugar de onde se ausenta a metáfora paterna, também é oportuno ao revelar que a função geral da metáfora é de estabilizar os deslocamentos a nível imaginário, operando algum efeito de significação. O que se dá com o pequeno Hans é a criação de uma fobia, uma formação do inconsciente capaz de circundar algo propriamente impossível.

Para preencher a função de transformar a angústia em medo localizado, o sujeito escolhe uma forma que constitui um ponto de estagnação, um termo, um pivô, um pilotis, em torno do qual se agarra aquilo que vacila, e que ameaça carregar a corrente interior gerada pela crise da relação materna. Tal é, no caso do pequeno Hans, o papel do cavalo. Certamente, parece que isso prejudica em muito o desenvolvimento da criança, e para os que a cercam é um elemento parasitário e patológico. Mas a instauração analítica nos mostra que ele também tem um papel de ancoramento, um papel principal de estagnação. É um ponto em torno do qual o sujeito pode continuar a fazer girar aquilo que, de outra maneira, se declararia numa angústia impossível de suportar (Lacan, 1995, p. 412)

Pode-se dizer que o real também condiz com registro dos acontecimentos contingenciais de um sujeito. Jacques-Alain Miller, em *O real é sem lei* (2013), demonstra que é bem apropriado tomar os três registros – Real, Imaginário e Simbólico – como três conjuntos, entre os quais o real é aquele que abarcaria os fatos brutos.

$$x \in R \quad x \in I \quad x \in S$$

(Miller, 2013, p. 13)

O conjunto R é “da ordem do dado” e de “certo valor bruto”; no conjunto I estão as representações enquanto imagens; e o S “é articulado e estruturado com uma linguagem” (Miller, 2013, p. 13)

No caso do pequeno Hans temos o nascimento de sua irmã e o surgimento das sensações penianas. Esses "fatos brutos" não embarcam nenhuma significação em si, apenas denotam o que há de real. Esses acontecimentos, por sua vez, não pedem inscrição simbólica por si só, a não ser pelas vias da angústia. Tal afeto é o sinal do real (Lacan, 1962-1963, p. 175). E é em torno da angústia que há todo um trabalho do significante, mediante o recurso da fala, que a situação analítica promove.

A metáfora e todas as formações do inconsciente nada mais indicam o que é determinante na relação do simbólico com o real. Por mais que ela venha a estruturar a realidade vivida de um sujeito, ela parte do fato - ou, melhor do real – de que a simbolização retira recursos dele mesmo, do saber que se instaurou no campo do Outro, bem como do imaginário. Real impossível de representar é uma definição que se deriva também da perspectiva de que não há metalinguagem, ou

seja, o Outro do Outro. Isso condiz bem com a ideia de que não há representação última, a verdade sobre a fala, mas apenas se recolhe as consequências da ação autônoma da estrutura.

Contra a confusão psicologizante, diz Lacan em *O seminário sobre “A carta roubada”* (1998, p. 56-57), uma alocução contemporânea ao seminário sobre as psicoses, os psicanalistas encontram na “postulação da autonomia do simbólico” aquilo que essencialmente determina e faz lei na teoria e na prática da psicanálise. Os psicanalistas trabalham com tudo aquilo que surge e se deduz na associação livre do analisante. Nesse escrito fundamental, Lacan nos mostra que a partir da instauração da cadeia simbólica surgem exigências internas a ela, e se deduz o que nela se inclui e/ou se exclui. O significante é a matéria própria ao inconsciente.

A matéria que ela desloca em seus efeitos ultrapassa em muito, em extensão, a da organização cerebral a cujas vicissitudes alguns deles são atribuídos, mas os outros ne por isso deixam de continuar ativos e estruturados como simbólicos, por se materializarem de uma outra maneira (Lacan, 1998, p. 57).

No *Seminário sobre a “carta roubada”* (Lacan, 1998) encontramos uma consistente abordagem estrutural de como a ordem simbólica, e sua conseqüente capacidade de determinação, é constituída a partir de desdobramentos próprios à lógica do significante, ao jogo que se promove à medida que há a entrada na linguagem. O inconsciente não passa de uma cifração do que ocorre ao acaso com os significantes. Esse acaso, indicado pela incidência de + e -, como dois lados de uma moeda, delinea e formaliza uma lógica. É no procedimento de cifração, indicado por Lacan na atribuição de letras gregas – α (alfa), β (beta), γ (gama) e δ (delta) – a cada diferença significante, que surge a estrutura simbólica e o que lhe é próprio, a insistência da cadeia significante que obedece a leis, estabelecendo o que é necessário, impossível e contingente. A cifração inconsciente impõe leis frente ao acaso.

A subjetividade, na origem, não é de nenhuma relação nela engendrada pela marca significante. A propriedade (ou insuficiência) da construção da rede dos α , β , γ e δ está em sugerir como se compõem, em três patamares, o real, o imaginário e o simbólico, ainda que aí só se possa articular intrinsecamente o simbólico como representante das duas primeiras classes (Lacan, 1998, p. 55)

Miller (2015, p. 51) lembra que se a cifração do acaso estabelece leis que delinham o que é possível, por outro lado é compreensível que, no tocante à

estrutura, “o que Lacan quis demonstrar com um raciocínio desse tipo, a respeito do qual sublinho que ele é perfeitamente elementar, é uma emergência do impossível a partir do acaso”. O que não pode aparecer na cadeia significativa é o “resíduo impossível do funcionamento da repetição” (Miller, 2015, p. 52)

No fundo, a grande resposta do ensino de Lacan a essa pergunta é: o real é o simbólico. É o simbólico porque o que ele chamava real, nessa época, estava excluído da análise. Assim, o que ele isolava como sendo o real no tratamento, no sujeito, era o núcleo de simbólico eventualmente encarnado pela frase, e em sua oposição ao que se tratava de atravessar como uma tela, o imaginário. Digamos, então, que aquilo que se chamou o ensino de Lacan e que se mantém nos seis primeiros *Seminários*, de *Os escritos técnicos de Freud* a *O desejo e sua interpretação* é o simbólico é o real do imaginário, o simbólico é o que há de real no imaginário (Miller, 2011)

No entanto, as exposições encontradas no Seminário 7 - *A ética da psicanálise* (Lacan, 1959-1960) indicam um momento decisivo para uma outra visada no que diz respeito ao real. Nem somente a imagem, nem apenas a efetividade da estrutura de linguagem, o conceito de real denota algo de intransponível e que não se reduz a eficácia simbólica. O gozo, categoria tão cara a Lacan, é conceituado em associação à Coisa, *das Ding* freudiana.

Foi preciso a ruptura do *Seminário*, livro 7 : *a ética da psicanálise*, para que o real encontrasse suas cores à distância do simbólico e do imaginário, para que o real repelisse simbólico e imaginário para o status de semblante. Esse real, então, apareceu indexado à palavra alemã: *das Ding*, a coisa. Foi o que fez com que me referisse a Fichte e a Schelling entre Kant e Hegel, referência com a qual Lacan indicava a pulsão. (Miller, o ser e o um, 1 lição)

Adiante do seminário 7, principalmente a partir do Seminário 10 – A angústia, a Coisa foi dando lugar às “espécies de coisa”, os objetos pequeno *a*, derivadas do encontro da linguagem, estruturalmente suportada pelo significante, e as bordas corporais. Temos, portanto, todo um estatuto do real dentro de um campo onde se encontram os paradigmas lacanianos do gozo – esse debate iremos nos deter na segunda parte dessa dissertação que se intitula “o real impossível de suportar”.

1.5 – O impossível do “logo sou”

A definição do real enquanto impossível de representar se apresenta expressamente a partir do *Seminário 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1985, p. 165). No entanto, é a partir do *Seminário 9 – A identificação* que essa modalidade lógica começa a ser devidamente formalizada.

Nesse momento muito especial de seu *Seminário*, ele articula o campo da lógica à sua adesão ao estruturalismo linguístico e a uma série de considerações sobre a ciência que estruturam o que Jean-Claude Millner (1997) denominou de *doutrina lacaniana da ciência*. Se no seminário *A ética da psicanálise*, como vimos acima, o objeto incestuoso carrega a marca de inatingível, objeto que se configura como *das Ding*, a Coisa, ao se dedicar ao tema da identificação no seminário 9, Lacan encontrará na crítica à lógica da identidade a chance de fundamentar estruturalmente a noção de impossível.

Lacan considera que a linguística moderna abriu no campo da ciência a “experiência da linguagem e do que a relação significante nos permite introduzir como dimensão original que se trata de distinguir radicalmente do real, sob a forma da dimensão simbólica” (Lacan, 1961-1962, p. 28). No entanto, essa dimensão original própria à relação de um significante com outro cria uma questão totalmente inovadora na compreensão da própria constituição do sujeito da ciência. De modo geral, ao nível do significante e da experiência analítica, é possível demonstrar que há um impasse no método cartesiano que funda o sujeito da ciência. A partir da perspectiva da lógica do significante o pensamento cartesiano não é lógico. Apesar de racional, ela não se demonstra logicamente.

A enunciação lógica $A = A$ é, pelas palavras de Lacan (Lacan, 1961-1962, p. 48), uma crença. Essa enunciação antiga na história da lógica ocidental é a mesma que fundamenta a identidade entre pensamento e existência, ou seja, que uma instância signifique a outra, como modo de se constituir o sujeito. Tal identidade, entre pensamento e existência, Lacan passa a questionar decisivamente a partir desse seminário.

A análise estrita da função do significante, na medida em que é por ela que pretendo a introdução a questão da significação, é a partir disso, é que se o $A = A$ constituiu, se posso dizer, a condição de toda uma era [âge] do pensamento, cuja exploração cartesiana pela qual comecei é o termo, que se pode chamar de a era teológica, não é menos verdadeiro que a análise linguística é correlativa ao advento de outra era, marcada por correlações técnicas precisas, entre as quais é o advento matemático, quero dizer, nas matemáticas de um uso ampliado do significante. Podemos nos dar conta de que é na medida em que $A = A$ deve ser colocado em questão, que nós podemos avançar o problema da identificação. (Lacan, 1961-1962, p. 48)

Para a psicanálise o enunciado lógico que afirma que $A = A$, portanto, não é verdadeira. A partir disso se desenha uma crítica a sua significação, à lógica identitária, exatamente porque a principal propriedade do significante se mostra

como não sendo idêntico a si mesmo. A experiência analítica demonstra que na concepção da estruturação do sujeito não basta pensar para existir, ao sujeito se faz preciso abrir-se para a diferença própria ao significante. Coloca-se à prova se há sujeito antes das operações metafóricas e metonímicas, um sujeito subsistindo somente pela relação significante, como seu efeito.

A crítica à lógica da identidade é uma visada própria do pensamento filosófico do último século, um trabalho de desconstrução dos principais aportes da metafísica ocidental que iniciou principalmente com o trabalho de Martin Heidegger (2000) e que influenciou decisivamente o pensamento francês, sobretudo o trabalho dos chamados filósofos da diferença, como Michel Foucault (2016), Gilles Deleuze (1992), Jacques Derrida (2006) etc. A lógica da identidade, para esses filósofos, condicionaria principalmente a forma como se pensa a constituição do sujeito moderno e ocidental na centralidade dada à razão humana nos mais diversos âmbitos da prática da vida social. Em sua *Gramatologia* (2006), Jacques Derrida, por exemplo, cunha o termo *fonologocentrismo* para designar o que estaria no fundamento da *metafísica da presença*, ou seja, a voz e a razão tomadas como atributos privilegiados ao pensamento e à constituição sujeito. Caberia a filosofia do seu tempo, segundo Derrida, a desconstrução dessa metafísica.

Por mais que se diga que Jacques Lacan teria participado desse movimento pós-estruturalista, desconstrucionista e anti-humanista (Ferry e Renault, 1988), cabe aqui argumentar que a invenção da psicanálise por Freud foi por ela mesma capaz de tomar o sujeito sem as coordenadas propriamente identitárias, sujeito descentralizado em seu ser e dividido na sua constituição, antes de qualquer diálogo mais contundente com o pensamento filosófico. A ilusão de um sujeito que se assenta na consciência e transparente a si mesmo é exatamente o que é posto em questão quando a determinação inconsciente é formalizada e a existência de um aparelho psíquico formulada. A descoberta do inconsciente partiu e sempre esteve assentada na clínica médica de Freud. Quando ele pôde herdar perspectivas importantes em sua formação neurológica, como a constituição do conceito de *reflexo*, o que se constata é exatamente o “efeito radical de promover a desconstrução do psiquismo centrado nos registros do eu e da consciência” (Birman, 2010, p. 27)

Com a invenção do conceito de reflexo e a conseqüente leitura sobre a constituição hierárquica do sistema nervoso, em diferentes níveis e

sistemas interdependentes de regulação funcional, a tese do psíquico centrada nos registros do eu e da consciência se tornou impossível de ser sustentada. Vale dizer, sem esta inovação conceitual do discurso da neuroanatomia e da neurofisiologia, pela qual o conceito de reflexo ocupou uma posição primordial, a tese do *descentramento* do sujeito em relação aos registros da consciência e do eu teria sido impossível de ser formulada (Birman, 2010, p. 28)

“A promoção da consciência como essencial ao sujeito”, diz Lacan (1998, p. 824), é “a acentuação enganosa da transparência do [Eu] como ato, à custa da opacidade do significante que o determina”, que decorre de “uma consequência histórica do cogito cartesiano”.

E o Outro, nós afirmamos, é essencial mantê-lo assim, o Outro não é um sujeito, é um lugar ao qual nos esforçamos, diz Aristóteles, por transferir o saber do sujeito. [...] O Outro é depositário dos representantes representativos dessa suposição de saber, e é isso que chamamos de inconsciente, na medida em que o sujeito perdeu-se, ele mesmo, nessa suposição de saber. Ele provoca isto sem sabê-lo. Isso, são os destroços do que sofreu sua realidade nesta coisa, destroços mais ou menos irreconhecíveis. (Lacan, 2003, p. 24)

A leitura que ele realiza da fundação do sujeito a partir do pensamento do filósofo René Descartes ilustra bem isso.

[...] Pois convém percorrer, para dimensionar novamente o importante daqui que vocês puderam ouvir do que chamei de impasse, até mesmo o impossível do "eu penso, logo sou". É exatamente esse impossível que constitui o preço e o valor desse sujeito que nos propõe Descartes, se não está aí senão o sujeito em torno do qual a cogitação sempre girou antes, gira desde então, é claro que nossas objeções em nosso último discurso, ganham todo o seu peso, o próprio peso implicado na etimologia do verbo francês pensar, que não quer dizer outra coisa senão pesar; o que fundar sobre eu penso, se sabemos, nós analistas, que isso em que eu penso, que podemos apreender, remete a um de que e de onde, a partir do qual penso se subtrai necessariamente. E é porque a fórmula de Descartes nos interroga para saber se não há ao menos este ponto privilegiado do eu penso puro, sobre o qual nós possamos nos fundar; e é porque é ao menos importante que eu os detenha aí um instante. (Lacan, Sem9, p.30)

Descartes em *Discurso do método* (2001) condicionou a dúvida ao pensamento. Para o filósofo, a garantia de que o sujeito é capaz de pensar, fundamenta-se no trabalho da dúvida, na explicitação do seu duvidar. Duvidando o sujeito pensa e, pensando, existe. Essa é a sua famigerada conclusão. E é por traçar um paralelo entre a filosofia cartesiana, responsável por inaugurar a ciência no ocidente, e a psicanálise, que Lacan (1985, p. 42) pôde concluir que Freud se aproxima e aborda o sujeito de forma análoga a Descartes, precisamente quando inclui na teoria psicanalítica o que a clínica constatou como sendo o pensamento

próprio ao inconsciente, um pensamento que, mesmo não estando de prontidão ao sujeito, está em outro lugar diferente e deslocado da consciência, ainda sim é um pensamento.

É no que se baseia um conjunto de proposições que articulam o que podemos chamar de cartesianismo radical de Lacan: 'se Descartes é o primeiro filósofo moderno, é pelo Cogito'; 'Descartes inventa o sujeito moderno.; 'Descartes inventa o sujeito da ciência'; 'o sujeito freudiano, na medida em que a psicanálise freudiana é intrinsecamente moderna, não poderia ser outra coisa senão o sujeito cartesiano'. (Millner, 1996, p 33)

Freud, assim como Descartes, introduz uma dúvida, adota-a também como método de inquirição. Tal dúvida, no entanto, é dirigida à importância dos sonhos para a vida psíquica, como lembra Lacan (1985, p. 42), de modo a abrir a própria via que possibilitou que as investigações freudianas confirmassem e tivessem segurança e certeza de que há um pensamento em jogo fora do alcance da consciência. Tal via, diferentemente do *Discurso do método*, por não desconhecer a riqueza da dinâmica própria à vida onírica, inaugura um outro estatuto para o pensamento, um estatuto que se serve do conceito de inconsciente para indicar que o pensamento que importa ao tratamento psicanalítico é bem aquele “que se revela como ausente” (Lacan, 1985, p. 42).

O “eu penso” da psicanálise se ausenta de onde está o “eu sou”. Não sendo constatado um “logo” entre eles, pensamento e existência estão ausentes um para si, condição sinalizada pela máxima lacaniana do “penso onde não existo, existo onde não penso”. O “logo” da máxima cartesiana, que não é mais que o próprio logos, a razão que traz a certeza, não é capaz, portanto, de constituir por si só o sujeito do inconsciente da psicanálise.

“É aqui que se revela a dissimetria entre Freud e Descartes. Ela não está de modo algum no encaminhamento inicial da certeza fundada do sujeito. Ela se prende a que, nesse campo do inconsciente, o sujeito está em casa. E é porque Freud lhe afirma a certeza que se faz o progresso pelo qual ele muda o mundo para nós” (Lacan, S11, p. 42)

Considerando que foi René Descartes o pensador responsável por introduzir a noção de sujeito no mundo, como se assevera no escrito *A ciência e a verdade* (1998, p. 870), Lacan (1985, p. 50) afirma que nesse quesito Freud “dá um passo a mais”. Se Descartes ensinou que é por via da dúvida que se pode chegar a uma certeza, Freud, tomando as palavras de Lacan (1985, p. 50), “coloca sua certeza,

Gewissheit, somente na constelação dos significantes”, integrando “ao texto do sonho [...] o colofão da dúvida”. Dessa forma, a psicanálise se propõe a dizer ao sujeito que se interroga, o analisante, que é na estrutura resultante de suas narrativas e de suas associações que um nível de certeza pode ser extraído, tendo no sonho a via privilegiada. “Aqui, no campo do sonho, estás em casa” (Lacan, 1985, p. 50).

O doutrinal da ciência formulada por Lacan (Milner, 1996, p. 28) atribui a Descartes a fundação de um sujeito que se vincula à constituição da ciência, o sujeito da ciência. Em Freud, como sabemos, a constituição de um tratamento para os sintomas neuróticos revelou a operação do recalque capaz de ocultar o desejo e, mais precisamente, o sujeito do desejo ou sujeito do inconsciente. Sujeito da ciência e sujeito do inconsciente se formulam em Descartes e Freud, respectivamente, e que Lacan, segundo Millner (1996) e Coelho dos Santos & Lopes (2013), busca equacionar.

O cogito cartesiano realiza no campo da filosofia a mesma operação que deu origem ao conhecimento científico. Suspende metodicamente todas as certezas, em busca de alguma coisa que não possa duvidar. No entanto, encontra somente a própria dúvida, deduzindo dela a existência do sujeito que duvida. O passo freudiano foi o de demonstrar que, lá onde o sujeito duvida, o psicanalista tem certeza de que está na presença do sujeito, isto é, do desejo inconsciente. O sujeito inconsciente (desejo) e o sujeito da ciência (dúvida) mantêm entre si uma relação de equivalência topológica (Coelho dos Santos & Lopes, 2013, p. 09-10)

No entanto, ressalta Millner (1996) que tal equivalência ou equação entre os sujeitos não é sem a revelação da impossibilidade da conclusão cartesiana:

Para que sujeito cartesiano e sujeito freudiano sejam inteiramente equacionados, requer-se apenas que haja sujeito ali onde se pensa, embora seja impossível que o sujeito articule "logo existo"; é preciso e basta para isso que o sujeito nada seja senão o que incessantemente emerge e desaparece numa cadeia significativa (Millner, 1996, p. 87)

É a fórmula “*Wo es war, soll Ich werden*” que consiste o passo a mais de Freud capaz de orientar como o sujeito da psicanálise, ou melhor, o sujeito do inconsciente, é reencontrado. Traduzindo como “lá onde isso estava, o sujeito deve advir”, Lacan (1985, p. 51) tornou essa sentença a principal pista por onde o sujeito deve ser reencontrado, “lá onde estava o real”. Fica evidente como o conceito de real toma um lugar crucial na teoria psicanalítica de orientação lacaniana

exatamente por estar no cerne da restituição subjetiva própria à experiência analítica de um analisante.

Temos aqui então um detalhe importantíssimo. O reconhecimento desse detalhe nessa pesquisa de mestrado se mostrou um passo importante. A contragosto de Descartes, o trabalho de análise evidencia que o sujeito se depara com uma repetição, repetição essa que se torna uma conceito fundamental. Ela é o índice de uma incapacidade do processo de rememoração que está presente na dinâmica de uma análise. Ao trabalhar no Seminário 11 as funções de repetição e rememoração, *Wiederholen* e *Erinnerung*, Lacan dirá:

Vejamos como o *Wiederholen* se introduz. *Wiederholen* tem relação com *Erinnerung*, a rememoração da biografia, tudo isso só marcha até um limite, que se chama o real. [...] Um pensamento adequado enquanto pensamento, no nível em que estamos, evita sempre a mesma coisa. O real é aqui o que retorna sempre ao mesmo lugar – a esse lugar onde o sujeito, na medida que ele cogita, onde a *res cogitans*, não o encontra. (Lacan, 1985, p. 55)

Como dirá em seguida Lacan (1985, p. 55), “toda a história da descoberta por Freud da repetição como função só se define com mostrar assim a relação do pensamento com o real”. Ou seja, em termos cartesianos tal realidade se expressa como a própria não coincidência entre o pensamento e o ser, a falta de identidade entre esses dois níveis.

O real retorna ao mesmo lugar. Podemos questionar: que lugar? Lacan pôde evidenciar que esse lugar é onde o sujeito do cogito não o encontra o próprio pensamento que representaria o real.

Aqui, com efeito, obtemos uma certeza que não permite ser representada, ou seja, esse cogito não é uma coisa representável, nem tampouco podemos garantir sua permanência. Trata-se de uma certeza instantânea, evanescente, para a qual se formula uma questão: por quanto tempo? Assim, não podemos reconhecer, atribuir a esse cogito astuto a qualidade de uma substância que exige, entre seus atributos, precisamente a permanência em suas representações. Foi o que Lacan tentou, a fim de aproximá-lo do sujeito do inconsciente, que, tal como ele o concebeu, também não é substancial. Em outras palavras, o cogito sozinho não garante podermos passar da representação para o real, ele não permite a transição da representação para o real. E, para obtermos isso, para realizarmos essa operação, é preciso ir buscar, distinguir, entre as representações do sujeito, uma que seja distinta, especial, que teria a propriedade excepcional de operar a junção da representação com o real. (Miller, O ser e o um, 2013, aula 2)

1.6 – Real e economia pulsional.

No movimento de exploração da predominância da dimensão do real na experiência analítica, Lacan também teoriza os *objetos pequenos a*, no seminário *Os quatro conceitos da psicanálise*, (2008, p. 164) onde o gozo se fragmenta nas cavidades do corpo decorrente de um melhor reconhecimento do processo de significantização. Detenhamo-nos nesse ponto apresentado no *Seminário 11* para poder abordar de que modo se articula tal noção de real ao conceito de pulsão.

Uma das formas que Lacan aborda a pulsão no *Seminário 11* parte do reconhecimento de que sua função põe em questão o valor paradoxal da satisfação. O que rege a pulsão, como se sabe com Freud (1999) está além do princípio do prazer, tornando assim a satisfação uma noção clínica paradoxal. Lacan lança mão de uma noção importante como é o a noção de gozo para retratar tal estatuto. A simples restituição do princípio do prazer não é o objetivo do tratamento psicanalítico, pois o tratamento de inibições, sintomas e angústias, bem como a concepção da sexualidade aprisionada pela realidade do inconsciente, pelos “desfiles do significante”, condicionaram uma abordagem que não polariza prazer e desprazer, normal e patológico, satisfação e sofrimento. Como se sabe, o que se busca é uma restituição subjetiva. Vejamos:

Questionar e interrogar o valor clínico de um conceito, como ocorre com noção de satisfação própria à pulsão, não se realiza senão partindo da própria experiência analítica, ponto que o próprio Freud tomava como recurso para pensar e fundamentar a teoria. Partir das questões próprias ao tratamento – como aquela que se levanta acerca de uma interpretação sem repercussão no gozo sintomático – para então formular e pensar a teoria e, novamente, retornar à prática. Este é o movimento que configura a práxis própria à psicanálise e que possibilitou o forjamento dos conceitos fundamentais à ciência freudiana. Tal movimento também pode ser entendido como um trabalho onde se anima os conceitos na retomada ao nível da experiência.

Em um momento importante do capítulo “A desmontagem da pulsão”, Lacan (2008, p. 165) re-situa o nível da experiência para pensar o estatuto da satisfação:

A partir de agora, todos aqueles que aqui são psicanalistas devem sentir até que ponto eu trago aí o mais essencial nível de acomodação. É claro que

aqueles com quem temos que tratar, os pacientes, não se satisfazem, como se diz, com o que são. E, no entanto, sabemos que tudo o que eles são, tudo o que eles vivem, mesmo seus sintomas, depende da satisfação. Eles satisfazem algo que vai sem dúvidas ao encontro daquilo com o que eles poderiam satisfazer-se, ou talvez melhor, eles dão satisfação a alguma coisa. Eles não se contentam com seu estado, mas, estando nesse estado tão pouco contentador, eles se contentam assim mesmo. Toda a questão é justamente saber o que é esse se que está aí contentando (Lacan, 2008, p. 164).

Anteriormente, Lacan faz referência a uma problemática que, segundo ele, não fora desenvolvida satisfatoriamente por Freud. O modo de satisfação da pulsão inibido quanto ao alvo – *zielgehemmt* –, próprio à sublimação, adquire maior dignidade no *Seminário 11*. Tal condição da satisfação se torna um verdadeiro paradigma para Lacan, no sentido de poder destituir a mitologia construída em torno do conceito de pulsão (Lacan, 2008, p. 163). Essa mitologia reside na noção de que *das Ziel*, o alvo, a satisfação da pulsão, é derivado de uma adequação do objeto da pulsão com um objeto na realidade. Lacan é um dos principais teóricos a abrir mão dessa perspectiva adaptacionista e biologicista. Desvencilha o objeto da satisfação pulsional daquele que satisfaz necessidade orgânica.

A condição de inadequação que se inaugura não implica unicamente em não conferir à pulsão o estatuto utilitarista – “como quer a mão que se estende para os objetos exteriores [...] uma concepção inteiramente ilusória e reduzida do pensamento de Freud sobre esse ponto” (Lacan, 2008, p. 165) –, mas implica em implantar a categoria do impossível, definição lacaniana do real, na própria economia pulsional. É o que possibilita a Lacan pensar que a apreensão do objeto pela pulsão se perfila como contorno: “a melhor formula nos parece ser esta – que a pulsão o contorna” (Lacan, 2008, p. 166). O objeto *a* é, para Lacan, o que melhor se adéqua a essa nova concepção de objeto (Lacan, 2008, p. 166). Tal concepção denota, a partir da característica propriamente topológica do contorno do circuito pulsional, a categoria do impossível, exatamente por estar fora do plano da representação e da captação especular imaginária.

O que se notará como estatuto lógico do objeto *a* nos parece decorrer-se primeiramente da empreitada de Lacan de, ao se reconhecer a estrutura de borda da dimensão corporal do sujeito, desvencilhar o objeto da pulsão de qualquer objeto da necessidade, ou seja, o trabalho de descolamento total da pulsão de uma base orgânica. Tal procedimento pede uma nova apreensão teórica dos elementos – impulso, alvo, objeto e fonte – e dos destinos que configuram a pulsão freudiana. A

debandada dos objetos de satisfação das necessidades orgânicas da dimensão da pulsão força uma nova forma de apreender o alvo e de ilustrá-lo – o *Ziel* freudiano se desmembra no *aim* e *goal* lacanianos (Lacan, 2008, p. 176). Desse modo, fica para trás a noção de uma fera mítica que sai da caverna para caçar e se satisfazer ao digerir o alimento, e abre-se uma perspectiva para o espaço topológico fundado pela curva do circuito pulsional.

Ao se tomar os objetos *a* – voz, olhar, fezes, seio etc. – no lugar de causa de desejo, também se vincula a objeção a qualquer perspectiva que toma os objetos da necessidade como satisfatórios para a pulsão. Dirá Lacan que “a pulsão é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente” (Lacan, 2008, p. 173).

1.7 – Inconsciente, ambiguidade e equívoco.

Tudo o que é figura do não idêntico na clínica entra na categoria do impossível. O termo *impossível* nomeia assim esta série de experiências que opõem resistências insuperáveis aos processos de simbolização reflexiva e que não podem encontrar lugar no interior do Universo Simbólico que estrutura a vida social. Podemos indicar cinco: a relação sexual (“Não há relação sexual”), a posição feminina (“A mulher não existe”), o Real (“O real é o impossível”), o corpo para-além da imagem especular (que aparece nos textos lacanianos sempre em metáforas de informidade da carne) e o gozo não fálico (que aparece sempre no condicional: “O Outro-gozo, se *ele* existisse”) (Safatle, 2005, p. 280).

Jacques-Alain Miller em seu curso *O ser e o um* (2013) pode de modo didático considerar que a questão que realmente moveu o pensamento de Lacan é “o que é real?”, ou seja, entre imagens, palavras, memórias, sonhos, pensamentos e tudo mais que seja propriamente o material produzido pelo sujeito em análise, material que o analista trabalha, o que é real?

“O que é real”, em alemão, *das Reale*. O que no final é real em nossas representações? Pois bem, essa questão, no fundo, é o que há de mais natural para um psicanalista. No final, o que é real? Não no que concerne à representação, levado a seu ápice pelo idealismo transcendental, mas na dimensão das palavras, em tudo o que se carrega em uma análise: relatos, historietas, deplorações, censuras, aproximações, votos, mentiras, meias verdades, arrependimentos, suspiros, falas que, dizia Lacan, definitivamente valem bem pouco. Em tudo isso, o que, no final, é o real? Digo que o que

orienta a tarefa maravilhosa dessa invenção da dialética da qual Lacan falou e que está depositada nos giros espiralados do Seminário é a questão que Schelling formula nos seguintes termos: o que é, no final, *das Reale*? (Miller, Ser e o um, 2013)

Como dito acima, escolhemos na primeira parte desse trabalho de pesquisa abordarmos o que podemos chamar de um impossível no campo das representações, a contiguidade do real com a estrutura simbólica. Esse tema condiz com o avanço que Lacan teve na assimilação e subversão do estruturalismo no interior da clínica e teoria psicanalítica, assim como a própria vocação do seu retorno a Freud de levar em conta a visão de mundo científica, ou melhor, a importância do discurso da ciência como responsável pelo surgimento do discurso psicanalítico. Miller em “A psicanálise, seu lugar entre as ciências” (Miller, 2012) afirma que se “a psicanálise não é uma ciência, ela é, entretanto, condicionada pela ciência”. O espírito científico da psicanálise está em supor que há uma lei na fala ao acaso do paciente. No entanto essa lei se depara com um impossível, ao invés de um arquétipo, como idealiza a psicologia analítica de Jung.

Foi Jacques Lacan quem localizou esse pedaço de real como um impossível lógico, como o que *não cessa de não se escrever* na experiência do sujeito que fala e goza de um corpo (Bassols i Puig, 2015, p.12)

No *Relatório de Roma* (Lacan, 2003) a ciência é tomada como um empreendimento que reduz o real ao sinal e ao mutismo. Pensar o real como um sinal se deriva da própria concepção comum de signo que, diferente do significante e a sua propriedade de não ser idêntico a si mesmo. Lacan se voltou para linguística nesse tempo, exatamente para se distanciar desse real emudecido cientificamente, mas ao mesmo tempo sem abandonar a busca por um estatuto científico da psicanálise. Desse modo, caberia à disciplina freudiana trabalhar na “sobredeterminação do real pela estrutura simbólica da linguagem com a noção do significante” (Bassols i Puig, 2015, p 18), ou seja, a psicanálise procura admitir e demonstrar que o significante faz parte do real.

Pode-se dizer que a propriedade lógica do significante é a de constituir a materialidade com a qual a psicanálise lacaniana lida. Diferentemente de Freud que, mesmo após a elaboração de todas as tópicos sobre o aparelho psíquico, toma a biologia como o último horizonte do real – o real freudiano é a biologia –, com Lacan influenciado pelo estruturalismo linguístico e antropológico, descortina-se a eficácia

simbólica em jogo no inconsciente que, por sua vez, constitui a própria causa material encontrada na análise.

Façamos aqui um pequeno curto-circuito para percebermos que Lacan também procurou por tal base material e operou com esta referência. Não é a base material neuronal trazida por Freud. Digamos – eu já disse assim antes – que Lacan tenha substituído a referência biológica de Freud por uma base material que é linguística – o significante, precisamente. O materialismo do significante do qual Lacan pôde fazer uso no final dos anos 1950 e durante os anos 1960 era bem apropriado para satisfazer as elucubrações daqueles que queriam ser materialistas dialéticos, ou para quem a dialética não afastava o materialismo (Miller, 2011, p. 31)

É devido à própria admissão da natureza do significante, como causa material, que se altera decisivamente a forma como se concebe o real. O significante não tem a mesma propriedade do signo. Ele é diferença pura. O significante apenas se suporta em sua diferenciação com os outros significantes. Disso resulta que ele não é idêntico a si mesmo e se afasta do princípio lógico da identidade. Se o estruturalismo revela que a dimensão simbólica está suportada pelo significante, por sua condição de ser pura diferença em relação a outros significantes, então não é cabível o ideal científico de desambiguação da linguagem. O real, concebido como um impasse interno ao processo de simbolização, admite um furo exatamente por essa ambiguidade generalizada, apenas detida pela impostura de um significante mestre, como é o caso do Nome-do-Pai, e a repercussão de seus efeitos imaginários. O que predomina, a revelia do real emudecido pela ciência e que foraclui o sujeito, é o equívoco, a não coincidência do significante e do significado na produção de um sentido e que condiz com a própria divisão subjetiva. Temos, então, um real que se apreende pelo equívoco, condição propriamente freudiana.

Conferir essa prioridade ao significante em relação ao sujeito é, para nós, levar em conta a experiência que Freud nos descortinou, a de que o significante joga e ganha, por assim dizer, antes que o sujeito constate isso, a ponto de, no jogo do Witz, do chiste, por exemplo, ele surpreender o sujeito. Com seu flash, o que ele ilumina é a divisão entre o sujeito e ele mesmo. Mas o fato de se revelar não deve mascarar para nós que essa divisão não provém de outra coisa senão do mesmo jogo, o jogo dos significantes... dos significantes, não dos signos. Os signos são plurivalentes: sem dúvida representam alguma coisa para alguém; mas, desse alguém o status é incerto, como o é o da pretensa linguagem de certos animais, linguagem de signos que não admite a metáfora nem gera metonímia. Esse alguém, em última instância, pode ser o universo, uma vez que nele circula, dizem-nos, a informação. Todo centro em que ela se totaliza pode ser tomado por alguém, mas não por um sujeito. (Lacan, 1998, p.854)

A interpretação analítica tira partido da equívocidade própria à linguagem. A verdade inconsciente atesta isso por escorregar com uma interpretação que segue o jogo próprio à cadeia significante. O inconsciente é o território próprio desse equívoco, onde toda tentativa de se fixar o sentido leva ao engano e à produção de sintomas.

A predominância do equívoco exigiu que Lacan recorresse cada vez mais à lógica, ou melhor, um debate avançado no campo propriamente lógico, na busca de uma formalização que a linguística seria incapaz de empreender sozinha. Essa foi a estratégia lacaniana para melhor formalizar tal impossibilidade de se reduzir o equívoco da língua.

2. REAL ENQUANTO IMPOSSÍVEL DE SUPORTAR

Nesse segundo capítulo, nos deteremos no principal propósito dessa pesquisa de mestrado: explorar teoricamente as principais consequências para a clínica psicanalítica advindas de uma perspectiva específica e encontrada no último ensino de Jacques Lacan, aquela que define a clínica como “o real enquanto ele é impossível de suportar”.

A clínica psicanalítica é o real enquanto ele é o impossível de suportar. O inconsciente é ao mesmo tempo a via e o traço para o saber que ele constitui: fazendo disso um dever de repudiar tudo o que implica a ideia de conhecimento (Lacan, 1976, p.102)¹

Essa proposição advém do anúncio da criação da sessão clínica do Campo Freudiano, vinculado à publicação *Ornicar? No.9* (1976), e foi discutida em um diálogo que se segue à *Abertura da Seção Clínica* (Lacan, 1977) entre Lacan e outros psicanalistas, como Marcel Czermak e Jacques-Alain Miller. Notável é o “acréscimo” de um termo à clássica e conhecida máxima lacaniana que o “real é impossível”, máxima que formula o real da psicanálise deduzido do simbólico e, quanto à representação, remetido à modalidade lógica do impossível, entendimento que buscamos elucidar na primeira parte desse trabalho.

Levantamos aqui a hipótese que o acréscimo do termo “suportar” condiz com uma tentativa de trazer perspectivas novas sobre o estatuto do real e que sejam capazes de ampliar ainda mais o recurso da clínica ao discurso analítico.

Primeiramente, é importante darmos o destaque merecido a essa definição lacaniana, cujo propósito é colocar o real em estreita relação com clínica psicanalítica no que ela tem de mais própria. Não temos aqui uma definição do real - talvez a essa altura já se possa arriscar dizer que, estritamente, Lacan não define o real, mas o apreende a partir, principalmente, da aplicação do exercício da lógica e na reflexão dos impasses do tratamento. O que lemos aqui é propriamente uma definição da clínica psicanalítica. O real, enquanto ele é impossível de suportar, é a clínica psicanalítica.

¹ Tradução livre do original: “La clinique psychanalytique, c'est le réel en tant qu'il est impossible à supporter. L'inconscient en est à la fois la voie et la trace pour le savoir qu'il constitue : en se faisant un devoir de répudier tout ce qu'implique l'idée de connaissance (Lacan, 1976, p. 102)”

Tomar a clínica psicanalítica assim nos leva a considerar, de antemão, que ela se configura de modo a se orientar pelo real. Em suma, promove-se o real, implicando-o no âmbito do tratamento.

Como apontamos no projeto de pesquisa, diversos autores citam e articulam teoricamente a nossa questão principal de pesquisa. No entanto, por se tratar de uma definição da clínica presente exatamente no período que se conveniu chamar de *último* e *ultimíssimo* Lacan, período esse marcado por um questionamento radical acerca do estatuto do inconsciente freudiano e da eficácia da psicanálise frente à dimensão real da experiência, além de uma revisão sobre seu próprio ensino, consideramos que há poucos trabalhos acadêmicos que se apoiam nessa definição para a clínica.

Primeiramente devemos registrar que alguns psicanalistas já apontam para a importância dessa outra definição para a clínica psicanalítica. Jacques-Alain Miller (1994, 1996), por exemplo, articula-a com a noção de forma clínica do sintoma. O sintoma assume sua forma clínica quando seu aspecto insuportável advém no tratamento, Miller também como teoriza as estruturas clínicas enquanto defesas contra o real insuportável. Graciela Brodsky (2013) ressalta a importância de localizar teoricamente o corpo enquanto *locus* da experiência dessa noção de real, que indica, necessariamente, o sofrimento do sujeito na forma de urgências e irrupções de gozo. Sergio Laia (2010-2011), a partir de uma investigação dos fenômenos de violência, considera como função própria do psicanalista o descobrimento e o enfrentamento do aspecto insuportável. Coelho dos Santos (2001), ao fazer referência a Laurent e Miller (1996), considera os novos sintomas como a depressão, a angústia e o pânico testemunhos desse real impossível de suportar, próprios ao simbólico contemporâneo que promove ao máximo a retirada do sujeito da tradição e da transmissão da castração. A mesma autora, em sua pesquisa sobre a normatividade social dos corpos falantes e os relatórios da AMP sobre o dispositivo do passe (Coelhos dos Santos, 2014), considera que, se por um lado o real é “da ordem do vazio sem sentido”, por outro ele “é, também, impossível de suportar”, “um resto irreduzível” vinculado à defesa (2014, p. 47-48).

Em *A clínica e o real*, Brodsky (2013) argumenta que há uma “correção”, na *Criação da Seção Clínica*, na definição do real da psicanálise cunhada por ele na extensão de sua teorização. O acréscimo do termo “suportar” à máxima lacaniana que diz “o real é impossível”, segundo ela, “faz surgir, no cerne da formalização

impossível, a dimensão da carga, do peso e até mesmo do sofrimento” (Brodsky, 2013). Ao que chamamos de paciente e, mais especialmente, ao seu corpo, o real se apresenta “como uma urgência, como transbordamento do corpo ou do pensamento” (Brodsky, 2013). Desse modo, fica evidente aqui que o real é impossível de suportar para o paciente e o seu sofrimento é o seu índice.

O argumento de Brodsky busca trazer como consequência uma própria revisão do estatuto do sintoma no âmbito da experiência psicanalítica. A psicanalista cita Jacques-Alain Miller, em *Lacan Clínico* (Miller, 1994), que propõe uma relação entre a alocação de Lacan que define a clínica como o real enquanto impossível de suportar com a própria forma clínica do sintoma no tratamento psicanalítico. Considera que o sintoma só tem valor clínico no tratamento quando esse real é confrontado na experiência analítica do sujeito.

Para o Miller (1994), o sintoma no sentido analítico, distinto do sintoma médico e do psiquiátrico, por tomar o sujeito em sua fala, é aquilo que ele mesmo experimenta como desbordamento, seja no pensamento ou no corpo, enquanto “impossível de suportar”. Em oposição à forma clínica do sintoma, Miller considera que a cultura e os laços sociais se configuram de modo a tratar o real e seu signo:

É assim como Lacan definia a clínica: o real como o impossível de suportar. Mas evidentemente há artifícios que permitem suportar essa condição, há um centro número de cataplasmas, tamponamentos: a cultura, por exemplo. Em sua definição mais geral, a cultura é o que acondiciona, o que domestica, o que minimiza o impossível de suportar, é o conjunto de artifícios aptos para fazer suportar o real, para fazer que o leve com paciência. (MILLER, 1994, p.127)

Anos depois, em *Clínica Irônica* (MILLER, 1996), o mesmo autor já considera inclusive que as próprias formas clínicas – psicose, perversão, neurose – estão articuladas a essa outra forma de considerar teoricamente o real. As formas clínicas, ou estruturas, “não passavam de modos de defesa contra o real, [...] defesas diante do impossível de suportar” (Miller, 1996):

Lacan propunha, como definição da clínica psicanalítica, “o real como o impossível de suportar”. Isso mostra muito bem que, para ele, as formas clínicas não passavam de modos de defesa contra o real, até no caso limite dito esquizofrênico, onde o sujeito aparece sem defesa diante do impossível de suportar. (MILLER, 1996, p.198)

Essa noção específica de defesa, própria ao que Jacques Lacan desenvolve a partir da sua crítica à prática clínica dos pós-freudianos, faz-se central, pois não se

está mais diante de uma noção do real fundada unicamente pela via negativa, mas em uma perspectiva que considera ainda mais o real do sintoma, o gozo em seu aspecto positivo ao qual a defesa se deflagra.

Laia (2010-2011), atento à questão do gozo, em especial, presente em fenômenos de violência, considera que a violência própria à contemporaneidade impõe seu lado insuportável e enlouquecedor, pois não encontra na via do ideal, do sacrifício e da força – defesas próprias à cultura e laços sociais – um artifício convincente e eficaz para se atenuar. Para o autor, a definição de Lacan em *Abertura da Seção Clínica* condiz com o real exclusivo da clínica psicanalítica, do encontro do paciente com um psicanalista que tem como função descobrir e enfrentar o insuportável.

Não é simples suportar esse horror e tampouco se pode suportá-lo o tempo todo. Por isso, Lacan, sensível ao abismo aberto pelo encontro com um resto insolúvel, oferece-nos uma dupla e paradoxal orientação: em sua clínica, um psicanalista lida com “o real impossível de suportar” e, ao mesmo tempo, “tem horror de seu ato”. Lacan também ensina-nos que esse insuportável e esse horror não são enfrentados sem que um analista os descubra, ele mesmo, em sua própria experiência analítica, em sua análise pessoal, seja nos modos como essa satisfação pulsional chamada gozo lhe toca o corpo, seja em seus impasses como analisante para separar-se de seu analista e “tornar-se psicanalista de sua própria experiência” (LAIA, 2010-2011).

Outro autor que contribui para pensarmos a clínica no esteio dessa reflexão é o psicanalista argentino Gabriel Lombardi, especialmente em sua conferência *¿Qué es la clínica psicoanalítica?* (2000). Ele lembra que o impossível de suportar se remete ao trauma que está na raiz do sintoma, e argumenta (Lombardi, 2000) que para o psicanalista estar à altura dessa clínica, deve, como analisante, ter percorrido o caminho que reconhece “no sintoma não apenas o traço, mas também o que ele conserva de trauma atual, de gozo intolerável ao qual o sujeito permanece fixado” (Lombardi, 2000). Também ressalta que “disfarces narcísicos e fantasmáticos” são o que “tornam o sintoma suportável” (Lombardi, 2000)

2.1 – Positivização do real

Na justificativa de nosso projeto de pesquisa aderimos à hipótese de que o “impossível de suportar” condiz com a autonomia da dimensão do real em relação ao simbólico, autonomia essa que se desenvolve no corpo teórico do último ensino de Jacques Lacan. Em uma primeira compreensão, consideramos que o que marca essa autonomia é a própria positivização crescente do real, à medida que as noções de gozo e de letra, assim como da lalíngua, participam cada vez mais no entendimento do real que está em jogo no inconsciente lacaniano.

Como Aquiles e a tartaruga, correndo atrás de um impossível, ficamos sempre em defasagem. O real concebido como isso que não se alcança, precisa ser substituído pelo real que se atualiza e engendra o novo. Se positivamos o real, o real não é o que não se alcança. Se afirmamos o real, em lugar de negativizá-lo, ele não é o que não se alcança, ele é o que existe. Ex-sistir não quer dizer que ele está “além”. (Coelho dos Santos, 2006, p.221)

Isso também alicerça uma clínica própria, o que se convencionou chamar em algumas das recentes produções em teoria psicanalítica de última clínica ou Clínica do Real (Forbes, 2014). No entanto, uma reflexão de Coelho dos Santos (2006) acerca do último ensino chama atenção aqui e não passa despercebida:

A clínica lacaniana do último ensino não é uma clínica do impossível, é uma clínica do saber fazer, do saber se servir, consentir efetivamente no fato de que a natureza do real não é a de resto do simbólico (Coelho dos Santos, 2006, p.288)

Se a última clínica não trata do impossível, como diz a autora, como compreender, então, a afirmação presente na *Criação da Seção Clínica* (Lacan, 1977), tardia no ensino de Lacan, já que ela se refere explicitamente ao impossível, dizendo que a clínica é o real impossível de suportar?

Buscaremos à frente evidenciar que a sustentação dessa definição se deve não somente a uma importância crescente que Lacan dá ao campo do gozo e a sua instabilidade, mas o que se consolida nos últimos seminários e escritos lacanianos é o recurso recorrente a outras modalidades lógicas para abordar o real. No uso lacaniano da lógica, a contingência se revelará contígua ao impossível.

Mas antes de nos adentrarmos nisso que será nossa conclusão, retomemos os conceitos paradoxais de gozo e de sintoma e busquemos saber como, a partir de

apreensões específicas deles, o real pode se positivar. Para nos acompanhar em uma reflexão sobre esse campo, iremos nos referenciar a um importante artigo de Jacques-Alain Miller intitulado *Os seis paradigmas do gozo* (2012).

2.2 – Gozo e real

Como visto no primeiro capítulo, quando abordamos rapidamente a desfiliação do gozo do registro do imaginário e sua gradativa admissão ao registro do real, observou-se que foi principalmente a partir do Seminário 07 – *A ética da psicanálise* (Lacan, 2008) que se advém paradigma do gozo impossível, como bem evidencia Miller (2012):

É por ter levado até seu termo essa significantização do gozo que se introduz a necessidade do terceiro paradigma, isto é, essa reviravolta, essa correção, esse acréscimo, esse paradigma distinto que o Seminário: a ética da psicanálise introduz, e que pode ser chamado de paradigma do gozo impossível, ou seja, do gozo real. Lacan assinalava que esse Seminário constituía, para ele mesmo, uma espécie de corte. Ele constitui uma referência privilegiada, na medida em que é a terceira atribuição do gozo, em Lacan, o gozo atribuído ao real (Miller, 2012, p. 11)

No momento que o estatuto do conceito de gozo deixa de ser de natureza imaginária, vinculada à libido como exclusiva à dimensão especular, e ingressa no próprio real, retirando-o da soberania das imagens, a intenção primeira de Lacan era poder encontrar teórica e clinicamente o lugar próprio à *das Ding* freudiana, assim como ao índice da pulsão de morte.

Desse modo, modalidade lógica do impossível começa aos poucos a estar relacionada não apenas com o inverso da estrutura significante e resistente à representação, como foi bem formalizado no primeiro período de seu ensino e teorizado n' *O seminário da carta roubada* (Lacan, 1998). O próprio gozo surge enquanto índice de um impasse próprio à pulsão.

Quando o gozo passa para o real, deixando de se remeter exclusivamente à libido imaginária, também passa ser impossível – o gozo é impossível, e o tratamento para esse gozo transparece nas ilustrações da transgressão heroica, perspectiva que surge n' *O seminário 7* (Lacan, 1959-1960) como a forma como o sujeito se intromete aí. Uma reflexão em torno dessa heroicidade já tinha começado

a se delinear antes n' *O seminário 6 – O desejo e sua interpretação* (Lacan, 1958-1960) ao tomar como ilustração as dificuldades de Hamlet para sua ação.

Vimos que, no movimento contínuo de exploração da predominância da dimensão do real na experiência analítica, Lacan depois passa a teorizar os *objetos pequenos a*, e é precisamente no seminário *Os quatro conceitos da psicanálise* (Lacan, 1985), que o gozo se formula na sua fragmentação segundo a relação das cavidades do corpo com a operação do significante (Miller, 2012). É o gozo contábil, o significante como representante do gozo, compreendendo o que é próprio à articulação entre o simbólico e o gozo. E como se sabe, é essa mesma visada na qual se empreende a formulação dos quatro discursos no *Seminário 17 – O avesso da psicanálise*, cujo mote é consolidar o saber como aquilo que propriamente se faz como meio de gozo. Essa forma de abordar o gozo é bem distinta da que a precedeu, a do gozo que se alcança apenas com a transgressão. Esses dois passos Miller (2012) denominou de gozo normal e gozo discursivo.

Se a estrutura simbólica concebida no primeiro ensino é marcada iminentemente por uma lógica propriamente significante e dialética e na qual o gozo, predominantemente imaginário, apresenta-se muito mais como obstáculo do que uma produção ou derivação da estrutura, por outro lado o paradigma do gozo discursivo, como denomina Miller (2012), que se torna evidente no *Seminário 17 – O avesso da psicanálise* (Lacan, 1969-1970), deixa em evidência que a estrutura simbólica depende necessariamente de um tratamento específico ao gozo para se consolidar. Como esclarece Coelho dos Santos & Lopes (2013, p. 237), “o nascimento da estrutura discursiva depende de que o gozo seja recusado, relegado a um impossível de simbolizar por meio da linguagem”.

A formalização da estrutura discursiva a partir da teorização dos quatro discursos – quais sejam: discurso do mestre, discurso do universitário, discurso da histórica e discurso do analista –, indica que essa impossibilidade de se simbolizar que se instaura a partir de uma recusa, longe de negativar o gozo, produz um mais-de-gozar, uma recuperação de gozo. Por também se tratarem de laços sociais, as estruturas discursivas são responsáveis, em uma certa medida, pelo fato de que o gozo não deixa de participar da reprodução da realidade social. O saber está intimamente articulado a essa recuperação do gozo de forma contabilizada, seja esse saber o conhecimento técnico dos meios de trabalho, a aliança da tecnociência com o capitalismo, o saber que engendra a profusão de identidades simbólicas e

imaginárias como filiação ideológica ou simplesmente o saber inconsciente. “Saber, meio de gozo” (Lacan, 1960-1970) é o mote desse momento do ensino de Lacan que visou avançar sobre a topologia existente entre estrutura discursiva/inconsciente e realidade social.

No entanto, longe de atender a uma naturalização da estrutura, algo que se passaria como propriamente ideológico, mas procurando corroborar com a evidência de que nada mais se trata do que ação do significante, o que Lacan demonstra com a formalização, por exemplo, do discurso do mestre é exatamente a razão do gozo continuar sendo impossível, e é bem essa impossibilidade que faz a estrutura se movimentar (Coelho dos Santos & Lopes, 2013, p. 238).

Mas porque é impossível?

Na linha superior do discurso do mestre, Lacan (2003, p. 447) observa que o vetor que indica a relação entre o S_1 e S_2 está marcado como impossível. Uma impossibilidade constitui essa relação e se fundamenta na própria condição do significante:

$$\frac{S_1}{\$} \xrightarrow{\text{impossibilidade}} \frac{S_2}{a}$$

(Lacan, 2003, p. 447)

Essa condição do significante, como já vimos no primeiro capítulo, nada mais se dá pelo fato de que ele não se trata de uma representação, mas de um representante da representação, *Vorstellungsrepräsentanz*. Como há muito tempo Lacan disse, “todo significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada” (1955-1956, p. 212). O significante, na doutrina lacaniana do significante, representa um sujeito para outro significante. Por não ser uma representação, tais como as noções de signo e símbolo que participam de um universo coeso e consistente onde o Outro existiria, o significante é pura diferença que se dá com outro significante, mas que, para a psicanálise, encarrega-se de tramitar o sujeito e a pulsão. Se o efeito sujeito é pura metonímia, a concepção quaternária da estrutura do discurso dá lugar ao objeto como um elemento obturador. O objeto a , enquanto produção, *mais-de-gozar*, advém como uma tentativa de suturar essa

impossibilidade lógica do significante se passar por uma representação, ou seja, de dar conta do trauma no interior da linguagem.

No tocante a realidade da estrutura, Coelho dos Santos & Lopes (2013) fazem uma preciosa observação que poder passar despercebida, mas que aqui cai como uma luva para nossa pesquisa:

Se, na linha superior, Lacan gravou a relação S_1 e S_2 como impossível, o que ele situou no lugar da produção (a) indica que essa impossibilidade não é tomada pelo aparelho psíquico como tal, mas como perda em relação à qual o mais-de-gozar vem em suplência (Coelho dos Santos & Lopes, 2013, p. 247)

O aparelho psíquico, conceito essencialmente clínico e forjado por Freud, adentra aqui não sem consequências, já que é por sua razão que o impossível não se demonstra, mas se fantasia como perda e ganho imaginários. O discurso do mestre, estrutura que elucida por excelência o inconsciente neurótico, nada mais faz do que estruturar chamada realidade psíquica, atribuindo a ela um funcionamento que possibilita o laço social. Mas também pela perspectiva do real, advém como uma defesa que poupa o psiquismo do impossível, e que traduz o real em termos de impotência. Em *Radiofonia* (Lacan, 2003), conferência contemporânea ao seminário dedicado aos quatro discursos, Lacan (2003, p. 445) considera que “a estrutura de cada discurso exige aí uma impotência definida pela barreira do gozo, para se diferenciar dele como disjunção, sempre a mesma, entre produção e sua verdade”.

Reconsideramos aqui, portanto, que se por um lado temos um real lógico e literal, aquilo que fica fora do sistema em função de uma consistência interna, também haveria um real clínico, muito mais demonstrável à medida que pode escapar ao aparelho psíquico a possibilidade de defesa frente à pulsão de morte e de traduzir o impossível em impotência. Desse modo, deduz-se que em tal circunstância clínica, o efeito obturador do objeto a , assim como seu poder de contabilizar o gozo mediante o saber inconsciente, não opera, assim como sua tradução fantasmática e a formação do sintoma. A barreira ao gozo pode não funcionar. Toda essa conjuntura participa da dimensão propriamente traumática na qual a psicanálise lança luz.

No coração da experiência analítica a repetição pulsional é orientada pelo núcleo do real. O encontro com o real é um encontro marcado, ao qual somos chamados repetitivamente, mas que nos escapa sempre. O real está além do *automaton*, do retorno dos signos da experiência primeira de prazer que regem o princípio do prazer, pois o encontro primeiro com o real – o

traumatismo – fica velado pela fantasia (Coelho dos Santos & Lopes, 2013, p 337)

Retorna-se, então, à centralidade da noção de trauma para psicanálise. O trauma não tem representação e, por essa condição, remete o psiquismo à compulsão por repetição. Mas há toda uma clínica que indica que há casos nos quais o trauma se reedita sem o aparato do sintoma.

O gozo, em uma primeira concepção do trauma, é derivado desse impossível de representar, próprio ao simbólico, índice de um ponto indialetizável. Mas com o último ensino de Lacan, o trauma que é propriamente o gozo enquanto ele é primário. Ele é traumático por seu caráter intrusivo, o que o faz se consolidar ainda mais no estatuto de uma categoria paradoxal. Laurent (2016, p. 17) observa que o paradoxo do gozo “se deve ao fato de que ele é, antes de tudo, trauma, por fazer furo no tecido das representações do sujeito”.

Avancemos um pouco mais na leitura do ensino lacaniano buscando mais recursos para nos adentrarmos nessas questões clínicas:

No seminário 20 – *Mais, ainda* (1972-1973), Lacan pôde consolidar sua formação da noção de semblante, que já vinha sendo trabalhada nos seminários anteriores, atribuindo-a ao que se passa na relação do simbólico com o real. O último ensino formaliza por onde se dá o fracasso na estabilização de um regime de gozo, destitui o império da estrutura e na função do significante de representante do gozo. É o paradigma da não-relação (Miller, 2012). É um momento quando se realiza uma certa reedição da empreitada realizada no *Seminário 07 – A ética da psicanálise* (Lacan, 1959-1960), a que formula o gozo como impossível, incalculável, irrepresentável.

O que distingue esse paradigma, e por um movimento inverso, é que ele toma como ponto de partida o gozo como fato. É, de certa forma, um retorno à Coisa, como também a tentativa extrema de reduzir a Coisa a esse objeto pequeno a finalmente tão manejável. O ponto de partida dessa perspectiva não é "A relação sexual não existe", mas, pelo contrário, é um Há. Há gozo (Miller, 2012, p. 41)

É em *Mais, ainda* (Lacan, 1985) que surge a excelente formulação de que ao real é aquilo que não cessa de não se escrever. O estatuto derradeiro do objeto a é de semblante. Mas antes, devemos ressaltar como, principalmente a partir do *Seminário 20*, o estatuto da verdade em psicanálise está associado à noção de gozo.

Outra coisa ainda nos ataca quanto ao que é da verdade: é que o gozo é um limite. Isto se prende à estrutura mesma que evocavam, no tempo em que os construí para vocês, meus quadrípedes – o gozo só se interpela, só se evoca, só se sáprema, só se elabora a partir de um semblante, de uma aparência (Lacan, 1985, p. 124).

Se antes o estatuto do gozo era a sua contabilização realizada pela estrutura significante, o estatuto de semblante revela teoricamente a impossibilidade discursiva e clínica de cernir o gozo pelo objeto *a*.

Levantamos aqui a seguinte hipótese: haja vista o último paradigma do gozo, a não-relação, que exprime bem as consequências teóricas e clínicas do último ensino e destina à condição de semblante o objeto *a*, este operador lógico tão caro, tal condição nos obriga a se rever tudo o que da linguagem se relaciona ao gozo.

Mas é bem disso que se trata no último ensino.

O primado do gozo se compreende quando se entende que o gozo é do Um, intimamente ligado à lalingua, *lalangue*.

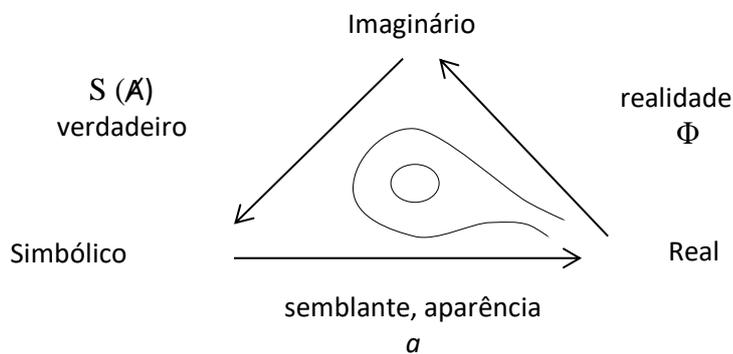
Em *Da linguística à linguisteria*, Milner (2012) trata de um abandono dos pressupostos da linguística, um abandono gradativo, e que se confirma, principalmente, no *Seminário 20* (Lacan, 1972-1973) e em *Televisão* (Lacan, 2003). Lacan cunha o neologismo “linguisteria” com o intuito de atravessar os limites impostos pelo significante linguístico. O significante não é apenas representante do gozo, mas a própria causa do gozo. A linguagem transtorna – ela é um transtorno no real (Bassols i Puig, 2015, p. 239).

Podemos nos questionar se com o “abandono” do paradigma linguístico o estatuto do conceito de real sofre alguma mudança, já que a impossibilidade não está mais configurada pela lógica significante, como o que é avesso ao simbólico por estar do outro lado dos limites internos ao discurso. A perspectiva do impossível literal de que um sistema seja outro, como também diz Millner (1996), vale para abordar esse real do último ensino de Lacan? Se a noção de significante agora se relaciona ao ser falante, *parletrê*, o que esse fato, teoricamente, traz de consequência no estatuto do real?

Importante ressaltar que no último ensino de Lacan não é possível mais sustentar a capacidade da operação significante de algum modo soldar gozo e corpo. O objeto *a*, que tanto serviu para esse propósito, sendo tomado como um semblante, perde essa capacidade de primaz de logicizar o saber e gozo. O real não é enumerável, como antes idealizava Lacan. É o que bem elucida Jean-Claude

Millner em *A obra clara* (1996) quando, após elencar os dois classicismos no ensino de Lacan, ressalta que há uma tentativa de desconstrução de Lacan de toda sua catedral em torno da estrutura linguística e até do matema. É o que se constata com a invenção do nó borromeano e de toda uma gama de outros nós. Eles servem para demonstrar a variedade de conjugações entre os registros do real, simbólico e imaginário.

No momento em que se consolida a perspectiva de que, em direção ao real, as leis simbólicas que constituem a cadeia significante não são mais do que semblantes. Os elementos que constituem sua estratégia de formalizar a psicanálise matematicamente – tais como a , $S(\mathcal{A})$, Φ – são tomados, como diz Lacan no *Seminário 20* (1985, p. 127), por um ângulo depreciativo:



(Lacan, 1985, p. 121)

Enfim, o simbólico, ao se dirigir para o real, nos demonstra a verdadeira natureza do objeto a . Se há pouco eu o qualifique de aparência de ser, é porque ele parece nos dar o suporte do ser. [...] Por tal graficização se mostram as correspondências que fazem do real uma abertura entre semblante, resultante do simbólico, e a realidade como ela se baseia no concreto da vida humana. [...] Este [o objeto a], ele nos fará toma-lo por um ser, em nome de ser aparentemente alguma coisa mesmo. Mas ele só se resolve, no fim das contas, em seu fracasso, em não poder sustentar-se na abordagem do real (Lacan, 1985, p. 128)

É possível constatar, por esse grafo então inédito nos seminários, que o objeto a não está no âmago do que se passa com o gozo. Ou melhor, ele não opera senão como aparência. Isso coloca a relação entre o saber e o gozo em panos quentes.

Isso vai além do que ele pôde dizer do sujeito, a saber: o gozo é representado pelo significante e , ao mesmo tempo, essa representação não é exaustiva, ela é malograda, e é precisamente isso que condiciona a repetição. (Miller, 2012, p. 32)

Como buscamos ilustrar no primeiro capítulo, o amplo trabalho da primeira parte do ensino lacaniano em torno da tese do inconsciente estruturado como uma linguagem e do aprofundamento na compreensão de como a estrutura significante é determinante, como pormenorizada, por exemplo, no *Seminário da carta roubada* (Lacan, 1998), conceitua um real em boa medida relacionado e dependente da ordem simbólica, um real apreendido pela sua negatividade e deduzido unicamente de leis próprias à lógica do significante. Tal estatuto inicial distancia o funcionamento da lógica significante da dimensão do corpo, tornando a lógica transcendente, puramente estrutural e dialético.

"Quando Lacan apresentou-nos o esquema dos alfa, beta, gama, esse esquema não era de forma alguma pensado em sua conexão com o gozo, mas, ao contrário, ele era feito para nos ensinar que há uma lógica autônoma do significante independente dos corpos e que, de certa forma, é transcendente ao corpo. Existe aí, com efeito, um retorno ao corpo. Toda essa lógica, cuja elaboração se mantém, é reinvestida e motivada com relação ao corpo (Miller, 2012, p. 33-34)

No último paradigma do gozo, o paradigma da não-relação, não é mais o gozo que é secundário e derivado da linguagem, mas a própria linguagem é derivada, haja vista a primazia de lalíngua. O inconsciente é, portanto, uma elucubração sobre a lalíngua, sobre o encontro do significante com o corpo.

Na perspectiva do gozo, a relação com o Outro aparece, pelo contrário, como problemática e como derivada (Miller, 2012, p. 47). Ou seja, a passagem do gozo para o Outro, ou gozo do Outro, gozo sexual, é problemático. Não há suporte que não seja abalável, que não sofra as intermitências do acaso e das fraquezas do semblante. Desse modo a construção de um corpo não deixa de recorrer sempre sintoma, não apenas um sintoma de decifração, mas uma modalidade de sintoma que, por se tratar de um regime de gozo, sustenta-se por ser propriamente uma defesa ou como soluções.

O sintoma é o modo pelo qual o sujeito formula que o gozo é mal, quer dizer: o sintoma se estabelece exatamente sobre a barreira que existe entre o significante e gozo, e ele repercute a desarmonia fundamental do gozo com o sujeito (Miller, 2012, p. 15).

Deve-se realizar, portanto, uma nova abordagem sobre o sintoma e que considera toda essa reflexão. Para tanto, partimos daqui para uma revisão de alguns comentadores do tema.

2.3 – Torções sintomáticas: novos sintomas e formas clínicas do sintoma

Com a falta de garantia da eficácia reguladora da função paterna, a noção de sintoma sofre uma torção ao ponto de não ser tomado unicamente como uma formação de compromisso, noção clássica de sintoma em psicanálise, proposto por Freud. Segundo Tania Coelho dos Santos & Zucchi (2007), no tocante à estrutura neurótica, “os novos sintomas não têm, em princípio, a estrutura do sintoma clássico, como um retorno do recalado”, esses sintomas se apresentam e são compreendidos “como soluções que reparam os efeitos da castração, como se tratasse de um defeito na constituição narcísica” (Coelho dos Santos & Zucchi, 2007, p.63).

Trata-se de soluções que não se configuram como respostas – respostas sintomáticas –, ao cabo do inconsciente e do conflito neurótico clássico entre o desejo e o eu. Esse desvencilhamento com o saber inconsciente, que inicialmente dificulta ao sujeito atribuir uma suposição de saber ao analista, reabre obstáculos de desconhecimento próprios à via imaginária, facilitando que essas soluções proporcionem a impregnação dos sujeitos em identificações imaginárias – bulímicos, toxicômanos, anoréxicos, consumistas compulsivos, eternos depressivos, viciados em sexo etc. Segundo Coelho dos Santos & Zucchi (2007, p. 65) “essas novas identificações, em que prevalece o imaginário, requerem que o analista eleve o fenômeno à dignidade de estrutura”.

O aspecto compulsivo dessas soluções sintomáticas, sintomas *prêt-à-porter*, revela que o empuxo ao gozo do objeto da pulsão que elas vinculam condiz com um prevailecimento da via imaginária, ou seja, com uma permanência e insistência das relações de objeto no âmbito do narcisismo, como tentativas de lidar com a falta instaurada pela subtração de gozo na castração.

A “subida do objeto a ao zênite social” (Lacan, 1992) e a “redução da autoridade do saber do mestre à legalidade do diploma universitário” (Lacan, 2008) são condições sociais intimamente relacionadas à promoção dessa sintomatologia atual, condições que indicam a entrada da psicanálise e a expansão do capitalismo no mundo.

A noção de solução é “trans-estrutural” (Coelho dos Santos & Zucchi, 2007). As soluções e as identificações que nela se vinculam consistem em “defesas frente

ao real como impossível de suportar” (Furman, 2014). Segundo Jacques-Alain Miller, “no plano da identificação, não há certeza, [...] nada mais faz do que encobrir essa falta que está no núcleo do ser” (Miller, 2009, p. 168). Desse modo, se as soluções são defesas, cabe à clínica psicanalítica na contemporaneidade “centrar-se na desmontagem da defesa, desordenar a defesa contra o real” (Miller, 2014).

Quando as identificações imaginárias se vinculam às soluções frente ao real sem ordem, aos novos sintomas, a clínica começa a lidar cada vez mais com certa manipulação do lugar da imagem na estrutura, de modo a não desvincular da experiência psicanalítica a dimensão do corpo. Estamos, como vimos acima, na perspectiva clínica do último ensino de Lacan que considera o sintoma como uma solução cuja função é atar os três registros – real, simbólico e imaginário.

Passamos aqui para algumas reflexões em relação a esses aspectos teóricos da clínica contemporânea.

A prática da psicanálise no âmbito da saúde pública e da saúde mental tem a urgência subjetiva como o principal e o mais recorrente índice clínico nos sujeitos que demandam ou são encaminhados para atendimento. Barreto (2014), ao discorrer sobre as urgências na clínica médica e na clínica psicanalítica, toma a urgência subjetiva como “a impossibilidade, num momento dado, de significar minimamente pela fala um gozo que não encontra o significante necessário para transformá-lo”, uma definição que coloca as urgências em consonância não apenas com a leitura psicanalítica fundamental do trauma, advinda desde Freud, mas com a própria “generalização do trauma” (Laurent, 2014) na contemporaneidade.

Colocar em intimidade a urgência subjetiva e o trauma é antes de tudo considerar a importância do acontecimento imprevisto para clínica psicanalítica, como diz Veras em *A era do trauma*, já que o acontecimento “impede que o sujeito se mantenha no mesmo regime de gozo sem que seja obrigado a buscar um novo arranjo entre o simbólico, o real e o imaginário” (Veras, 2004).

Em *Actualidad Del Trauma*, German Garcia (2005) afirma que fantasia e acontecimento externo e imprevisto, quando pensados a partir da banda de Moebius, revelam uma relação topológica onde o externo pode ressoar enquanto mais íntimo do sujeito.

“Para Freud, há um primeiro tempo onde um acontecimento não tem nenhum valor, e um segundo tempo onde efetivamente o adquire [...] algo do mundo exterior vai se ligar com algo da pulsão no encontro de

um acontecimento exterior com um acontecimento pulsional.” (Garcia, 2005, p. 17)

Rêgo Barros (2012) lembra que tradicionalmente a psicanálise é tomada como uma forma de tratamento que “se encarrega de questões crônicas, e não agudas, [...] de soluções e não de problemas” (2012, p. 68). O psicanalista, nessa perspectiva, trataria apenas da cronicidade da solução sintomática, “recebe um sujeito para ver se as soluções sintomáticas que ele arrumou o ajudam, como dizia Freud, a suportar a vida de melhor maneira” (Rêgo Barros, 2012, p. 68). No entanto, as urgências subjetivas indicam uma suspensão provisória da solução, revelando “que há um problema aparentemente em estado puro” (Rêgo Barros, 2012, p. 68)

A categoria de urgência, que busca indicar tal estado puro de um impasse, revela, conseqüentemente, que há uma sustentação fantasmática necessária ao sintoma que se desfaz, como indica Dunker (2015):

Lembremos que a circulação pelos três momentos da fantasia pode se resolver pela formação de uma espécie de estrutura estável que reúne, em uma mesma montagem, seus três tempos. Essa estrutura é o sintoma. [...]. É por isso que quando um sintoma mostra-se insuficiente, quando ele deixa transparecer a angústia e se apresenta como sofrimento insuportável, voltamos para encontrar novas soluções de fantasia. (Christian Dunker, Mal-estar, sofrimento e sintoma, p. 55)

A clínica psicanalítica com crianças na contemporaneidade também está intimamente implicada com essa torção no conceito de sintoma. Vejamos:

Reconheçamos aqui que a conhecida orientação dos Lefort, aquela que considera que “a criança é um analisante de pleno direito” (Lefort apud Laurent, 1994). Essa perspectiva, que possibilitou que seja formalizada uma clínica lacaniana da criança, já indicava que não há uma única relação entre o pequeno sujeito e o sintoma, ou seja, à criança não apenas se reserva a posição de ser sintoma do casal. Como na clínica dos novos sintomas e da urgência subjetiva, o contexto contemporâneo revela à clínica que a criança também lança o recurso do sintoma como solução que lhe é própria.

Considerar que a criança é um analisante de pleno direito é tomá-la como sujeito, não limitando-a a perspectiva de que seja um indivíduo em condições primárias de desenvolvimento, como buscam a psicologia desenvolvimentista e certas leituras pós-freudianas da obra de Freud, mas um sujeito que teve o encontro

traumático com a linguagem e que, assim como o "adulto", pode se servir do dispositivo analítico na solução de seus impasses frente ao gozo.

A clínica psicanalítica hoje pode se orientar pelos avanços do último ensino de Jacques Lacan, pois do conceito de inconsciente estrutural ao inconsciente real encontramos uma clínica que busca explorar as diversas formas de defesa contra o real sem sentido, entendo defesa, como diz Miller em *Clínica irônica* (1996), as próprias formas clínicas e seus modos de lidar com o que Lacan chamou na *Abertura da seção clínica* (1997) de "o real impossível de suportar".

A entrada da criança no discurso analítico exige do analista abrir mão de várias referências sociais e culturais, principalmente aquelas calcadas na norma edipiana e neurótica. Esse detalhe indica que a psicanálise lacaniana não está agrupada no rol das psicoterapias. Como diz Eric Laurent em *Existe um final de análise para as crianças* (1994) diferentemente das psicoterapias em geral, a psicanálise não "assegura o chamado domínio neurótico da realidade" quando se busca "convencer a criança de que ele acredita no seu pai".

A escuta e intervenção do analista não pretende dar lugar para o Pai ideal. Como também dirá Laurent (1994), muitas psicoterapias e até mesmo "seitas psicanalíticas" são artifícios cujo resultado é muito mais uma pseudoneurose do que uma resolução. A escuta analítica de orientação lacaniana se difere, portanto, do trabalho psicológico de orientação aos pais que sempre corre o risco cair no domínio neurótico da realidade, o que pode levar ao fechamento da própria experiência de uma análise.

Laurent (1994) também observa que o avanço do ensino de Lacan possibilitou à psicanálise um distanciamento cada vez seguro desse domínio. Mesmo no momento quando a Lacan apresenta a teoria fálica que concebia a criança como o falo – teoria que toma o falo como uma posição que criança teria assumido e que persiste em manter uma relação com ela, posição que se abre graças à metáfora paterna, índice da incidência do Nome-do-Pai no desejo da mãe – não há um lugar natural para o pai, mas a formulação de uma função lógica presente na própria estrutura. No entanto, é com a crítica à teoria fálica e a formulação de outra função lógica imprescindível que é o objeto pequeno *a* que temos uma clínica ainda mais precisa, pois responde a condição mais própria à criança na contemporaneidade quando a função paterna do Nome-do-Pai é insuficiente e pouco operante, condição na qual o corpo da criança corre sempre o risco de responder às diversas versões

do objeto a, como são o objeto suposto ao gozo materno e os objetos circulantes no capitalismo.

Estamos no momento de uma nova clínica, quando fica ainda mais evidente que a criança é um analisante por direito porque a relação com Outro, o encontro com o desejo do Outro, ou mais precisamente, a relação da criança com a castração materna, sempre produz uma função defensiva, como acontece com a conhecida forma clínica da fobia que, como afirma Serge Cottet em *Ensaio de clínica psicanalítica* (2011, p. 128), transforma "uma angústia impossível de ser suportada em medo localizado: solução provisória ao enigma da castração materna".

2.4 – Impotência e contingência, sofrimento e trauma.

Considerando o que levantamos acima acerca da torção da noção de sintoma, podemos nos perguntar se o real impossível de suportar se demonstraria e ganharia nome na clínica contemporânea nos estados de urgência ou, mais propriamente, na urgência subjetiva. É o que confirma Bassols (2016) ao dizer que a urgência subjetiva é propriamente o signo desse real impossível de suportar. Por outro lado, Brousse (2002) considera que em uma análise "o sofrimento é em primeiro lugar uma defesa: uma defesa contra o impossível". O sofrimento psíquico, portanto, está contido no que Lacan denominou como impotência, é uma forma do dizer "que implica a impotência" (Brousse, 2002).

A entrada dessas duas outras modalidades lógicas, impotência e contingência, que se somam ao necessário e ao impossível, levantam dois níveis distintos na clínica:

- a) Ao nível da impotência, há o sofrimento como aquilo que faz barreira e defesa frente o gozo, em suma, sintoma como uma formação e;
- b) Ao nível da contingência, há a urgência, o trauma, encontro faltoso que transparece a dimensão insuportável.

Carlo Viganò em suas *Novas Conferências* (2012), onde encontramos uma série de argumentações do psicanalista italiano sobre a forma como discurso

analítico pode se operar no campo da saúde mental, traz uma importantíssima chave de leitura. O psicanalista italiano também lembra (2012) que enquanto a prática psiquiátrica detém sua prática no tratamento de casos de sofrimentos agudos, o que costumeiramente se denominam como surtos, crise etc., à psicanálise historicamente se destinou o tratamento de casos crônicos, principalmente em lidar na clínica com pacientes neuróticos. O conceito clínico de crise é distinto daquele de sintoma. Crise ou urgência se remete, precisamente, ao momento da experiência de uma pessoa que clinicamente se avalia como grave e, desse modo, entra para o quadro clínico das urgências.

Como se sabe, a definição clássica de Freud (1901) para o sintoma é que ele se realiza como um ato de formação de compromisso. O sintoma, portanto, não é exclusivamente um problema, mas uma solução, um modo de se exercer o controle do psiquismo. Por ser ao mesmo tempo problema e solução, temos como resultado dessa equação o sintoma como satisfação substitutiva. Esse tema é detalhadamente trabalhado em *Sintoma como problema e solução*, artigo publicado na revista aSEPHallus (Laia, 2008).

Viganò faz uma curiosa observação ao dizer que “estar sem sintoma é o mesmo que estar em crise, não ter controle das próprias emoções” (Viganò, 2012, p. 130), ou seja, literalmente desestruturado, o sujeito fixado no trauma. Levanta-se aqui a perspectiva, portanto, de que a insuportabilidade da crise está no fato de que uma contingência traz um real que ainda não pôde ser escrito. Tal contingência ou tiquê é a própria retomada do trauma.

Podemos dizer que essa insurgência da crise é a manifestação contingente de uma insuportabilidade. Nessa contingência trata-se de recuperar a estrutura, exatamente a estrutura do sujeito. É uma lógica diversa daquela do diagnóstico. O diagnóstico já prevê um sujeito. Na crise não sabemos quem é o sujeito (Viganò, 2012, p. 180)

A psicanálise nos ensina que para recuperar a estrutura do sujeito é preciso o fator tempo. Trata-se do tempo em sua apreensão lógica (Lacan, 1998, p. 197). A urgência chama e se detém no agora, exatamente porque algo não se conclui, não termina. Sua disseminação na contemporaneidade indica, segundo Viganò (2012, p. 182-185), a predominância de uma adolescência que se estende, de um eterno adiamento de subjetivar um estilo próprio de gozo – tornar-se adulto. E é bem esse estilo de gozo que retorna nas urgências.

A insuportabilidade da contingência se dá por ela “demonstrar a impossibilidade”, torna o real transmissível “pela escapada a que corresponde todo discurso” (Lacan, 2003, p. 556). A contingência, portanto, transmite o real e devolve ao sujeito sua condição em que se detém no trauma.

Para dizer de forma mais precisa, a contingência não é o encontro faltoso. Isso é o impossível. A contingência é o que cessa de não se escrever (Lacan, 1972-1973, p. 198). É por essa razão que Miller (2011, p. 127) formula que “o real é mais contingente que impossível”. A contingência faz com que o real cesse de não se escrever, cesse de ser impossível. Segundo esse mesmo autor, o real contingente dá conta “da relação entre o real e o inconsciente” (2011, p. 127). Trata-se de outro estatuto do inconsciente, aquele que se distingue do transferencial. É o inconsciente real.

Para lidar com a contingência há um tempo, como diz Viganò, para que se recupere a estrutura. O desafio de uma análise está em tornar essa recuperação da estrutura não por um retorno ao necessário que implique o sentido, a racionalização, a mentira, a fantasia, aos signos do princípio do prazer, mas fazer jus à presença e à função do analista, mais precisamente de “um analista que gostaria de outra coisa que não o sentido” (Miller, 2011, p. 128)

4 – CONCLUSÃO

É no campo do Outro que se inscreve e se fundamenta a verdade. A leitura do prefácio à *Fenomenologia do espírito* (Hegel, 2002), leitura essa que Lacan sugeriu aos seus ouvintes diversas vezes, elucida bem que toda e qualquer reflexão ou saber necessita da mediação do Outro. O oposto é necessário para que o sujeito saia da consciência imediata e instaure o princípio da certeza fora de si mesmo. E é por esse ponto de vista que também vem a se fundar a ciência. “O puro reconhecer-se-a-si-mesmo no absoluto ser-outro, [...] é o fundamento e o solo da ciência” (Hegel, 2002, p. 39).

A experiência analítica a partir de Lacan se vale dessa articulação da verdade com o campo do Outro para elucidar o que se passa na estrutura do inconsciente. Foi bem isso que se herdou dos seminários do hegeliano Kojève. Mas o que a psicanálise revela é que o estatuto do saber inconsciente se demonstra como ficcional, fantasmático, assim como seu efeito de verdade. No Outro não se encontra a verdade que dê conta de dizer o que é o real. Não há metalinguagem. Isso é o que traz uma análise, que não é sem o lugar onde se põe o desejo do analista, por esse partir de um não-saber que tanto estabelece a direção ao tratamento, quanto cria chances de se desalojar o saber do campo do Outro, do inconsciente.

O psicanalista só se sustenta se não tiver contas a ajustar com seu ser. O famoso não-saber com que caçoam de nós só lhe toca o coração porque, quanto a ele, ele não sabe nada. Tem repugnância à moda de desenterrar uma sombra para fingir que é carniça, a se fazer cotar como cão de caça. Sua disciplina o penetra porque o real não é, antes de mais nada, para ser sabido – é o único dique para conter o idealismo (Lacan, 1969-1970, p. 178)

O dique contra o idealismo é o dever que o analista tem de “repudiar a ideia de conhecimento”, como afirma Lacan em *Criação da Seção Clínica* (1976). É preciso se voltar para o real sem contar com garantias.

A estratégia psicanalítica para o impossível se faz lançando mão do bem-dizer. Mediante o bem dizer se “conjuga o que não pode ser conjugado” (Milner, 1996, p. 138). Se um filósofo da linguagem como Ludwig Wittgenstein propõe que “o que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 1968, p. 129), a psicanálise propõe o bem-dizer, nome qualitativo para o semi-dizer. É bem por essa estratégia que surge a chance do dizer ir ao encontro do estatuto da verdade não-toda, essa verdade que está mais afinada com o real que implica a língua.

Como vimos, a noção de inconsciente que foi deixada pelo legado freudiano se caracteriza por uma irreducibilidade fundante. É a *Urverdrängung*, o recalque originário, aquilo que propriamente impõe a fronteira aos atos de pensar, de representar, de dizer, de imaginar, enfim, uma condição estruturante e, portanto, real com a qual a psicanálise se depara e trata. É por aí também que se vê elucidar o mote dessa dissertação:

O que Freud nos traz concerne ao que é o Outro, justamente isto, não existe Outro senão ao dizê-lo. Mas este Todo-Outro, é impossível dizê-lo completamente, existe um *Urverdrängt*, um inconsciente irreducível, e que este, dizê-lo, é falando apropriadamente, não apenas o que se define como impossível, como introduz como tal a categoria do impossível (Lacan, 1974-75, p. 37)

Por ser o real o que atravessa o sujeito e o que o faz sofrer os efeitos da *Spaltung*, não lhe restando mais que a condição de ser dividido, pode-se afirmar que não há subjetividade possível que encontre seu ancoradouro final na ascensão de uma identidade ou em um melhor funcionamento das faculdades da consciência. Não há psicossíntese. O que há na “desbaratada realidade humana”, com a licença dessa antiga expressão de Lacan (1955-1956, p. 99), são identificações simbólicas e imaginárias que se sustentam sintomaticamente em razão daquilo que tanto se quer defender, por mais que seja por isso mesmo que toda subjetividade se funda: a incompletude do Outro. O “Outro lacaniano, uma razão no real”, um brilhante título para um artigo de Dany-Robert Dufour (2016), pode ser uma das melhores máximas para que se possa discernir bem a importância capital que a inconsistência do Outro tem no bosquejo do real.

As mais diversas estratégias psicoterapêuticas se formalizaram e se acostumaram a passar ao largo desse nível da estrutura. Por se delinearem em *função do verdadeiro*, função essa que se resume em uma alienação da subjetividade pautada nos ideais normativos de adequação e rendimento, essas estratégias nada mais fazem que repetitivamente se reforce, seja no contexto clínico ou institucional, um estatuto de verdade que quer se dizer ser Toda, uma verdade verdadeira que não se esbarra com qualquer sinal de mal entendido. Impor tal racionalidade ao real, tanto é a “religião do cientista” (Coelhos dos Santos & Lopes, 2013, p. 348) quanto o ensejo de muitas aspirações políticas totalitárias. Boa parte do empenho das atuais práticas psiquiátricas e psicológicas se perfila por querer conjugar tal desdobramento. O preço disso, por querer superar qualquer índice de

ambiguidade no terreno da verdade, como já é bem sabido, é o contínuo desconhecimento do que se passa no campo do desejo e, mais precisamente, do real traumático.

A psicologia é veículo de ideais: nela, a psique não representa mais do que o patrocínio que a faz qualificar de acadêmica. O ideal é servo da sociedade. Um certo progresso da nossa o ilustra, enquanto a psicologia não apenas contribui para as vias como se submete aos anseios do estudo do mercado (Lacan, 1998, p. 846)

Se a contemporaneidade impõe desafios ao analista, como as recorrentes urgências subjetivas, os sintomas de difícil interferência da interpretação e as demandas por efeitos terapêuticos, não é por isso que ela cederá à ideologia – a psicanálise se pretende ser “o avesso da biopolítica”, diz Laurent (2016).

A dimensão do sofrimento e a busca por um alívio deve ganhar dignidade estrutural. Para tanto, buscamos no segundo capítulo sustentar a perspectiva de que, antes de tudo, basta que se garanta o lugar que a psicanálise sempre reservou ao sujeito. Que ele fale, é o caminho para que o gozo possa ser tratado e adquira alguma escritura nova.

A contingência, aparentada com o impossível, possa se revelar como uma chance para que capte um pedaço de real. É o que demonstra toda uma clínica em torno do trauma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, F. *A urgência subjetiva na saúde mental*. Disponível em: http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Francisco_Paes_Barreto_A_urgencia_subjetiva_na_saude_mental1.pdf. Acessado em: 11 de jun. 2016.

BASSOLS I PUIG, M. *A psicanálise, a ciência, o real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015

_____. “El cuerpo hablante y sus estados de urgencia”. In: *Virtualia, revista digital da EOL*. nº 32. Disponível em: <http://virtualia.eol.org.ar/032/template.asp?El-cuerpo-hablante-y-sus-estados-de-urgencia.html>. Acessado em: 10 de dez. 2016.

BIRMAN, J. “Discurso freudiano e medicina”. In: BIRMAN, J., FORTES, I., PERELSON, S. (org), *Um novo lance de dados – Psicanálise e medicina na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Cia de Freud,

BRODSKY, G. *A clínica e o real*. Disponível em: http://www.congresamp2014.com/pt/template.php?file=Textos/La-clinica-y-lo-real_Graciela-Brodsky.html. Acessado em 01 de setembro de 2014.

BROUSSE, M-. H. ¿De qué sufrimos?. In: *Virtualia, revista digital da EOL*. nº 5. Disponível em: <http://virtualia.eol.org.ar/005/default.asp?notas/mhbrousse-01.html>. Acessado em: 10 de dez. 2016.

COELHO DOS SANTOS, T. “A angústia e o sintoma na clínica psicanalítica”. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental 2001*. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233018218010>. Acessado em 02 de setembro de 2014.

_____. “Ciência e clínica psicanalítica: sobre estruturalismo e estruturas clínicas”. In: *Estudos Lacanianos*. Ano I, nº 1, Belo Horizonte, Scriptum Editora, 2008.

_____. “Do supereu sujeitoado à lei simbólica à normatividade”. In: COELHO DOS SANTOS, T., SANTIAGO, J, MARTELLO, A. (org). *Os corpos falantes e a Normatividade do Supersocial*. Rio de Janeiro, Cia de Freud, 2014.

_____. *Inovação no ensino e na pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro, Ed. 7 letras, 2009.

_____. *Sinthoma: corpo e laço social*. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ, 2006.

COELHO DOS SANTOS, T., LOPES, R. G. *Psicanálise_ciência e discurso*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2013.

COELHO DOS SANTOS, T., ZUCCHI, M.A., “Estrutura e gozo: os novos sintomas como solução na neurose e nas psicoses”. In: FREIRE, B. (org). *Apostar no sintoma*. Rio de Janeiro; Contra Capa, 2007.

CONTÉ, C. *O real e o sexual de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

COTTET, S. *Ensaio de clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

_____. “Objetos Fóbicos não identificados”. In: *Ensaio de clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011

DELEUZE, G., GUATARRI, F. *O que é a filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DO RÊGO BARROS, R. “Urgência subjetiva”. In: *Urgência sem emergência?*. Maron, G., Borsoi, P. (org). Rio de Janeiro: Subversos, 2012.

DUFOUR, D.-R. “O Outro lacaniano, uma razão no real”. In: *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(22), 20-30. Disponível em www.isepol.com/asephallus. Acessado em: 15 de jan. 2017.

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FORBES, J. *Inconsciente e responsabilidade*. Barueri: Manole, 2012.

FOUCAULT, M. (1966) *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes Selo Martins, 2016.

FREUD, S. *Obras completas*, Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1893) “A psicoterapia da histeria”. In: *Edições Satandard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol II*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____.(1900). “A interpretação dos sonhos, parte 2”. In: *Edições Satandard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol V*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____.(1914). “A história do movimento psicanalítico”. *Edições Satandard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol XIV*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____.(1914b). “Introdução ao narcisismo”. In: *Obras completas, vol. 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____.(1915a). Os instintos e seus destinos. In: *Obras completas, vol 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____.(1915b). A repressão. In: *Obras completas, vol 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____.(1915c). O inconsciente. In: *Obras completas, vol 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____.(1920). Além do princípio do prazer. In: *Obras completas, vol 14*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1924) A perda da realidade na neurose e psicose. In. *Edições Satandard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol XIX*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____.(1937). Análise terminável e interminável. In: Edições Satandard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____.(1937b). Construções em análise. In: Edições Satandard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol 5. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GARCIA, G. *Actualidad Del trauma*. Grama: Buenos Aires, 2005.

GARCIA-ROZA, L. A., *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GAY, P. *Freud, uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Bragança Paulista: Vozes, 2008.

LACAN, J. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987

_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1936) “Para-além do “Princípio de realidade”. In. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1948) “A agressividade em psicanálise”. In. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1949) “O estádio do espelho como formador da função do eu”. In. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1953) “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1953b) “O simbólico, o imaginário e o real”. In: *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1953c) “Discurso de roma”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1955-1956) *O seminário livro 4: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. (1956) “Introdução ao comentário de Jean Hypolite sobre a “Verneinung” de Freud”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1956b) “Resposta ao comentário de Jean Hypolite sobre a “Verneinung” de Freud”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1956c) “Seminário sobre a “Carta roubada”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1956-1957) *O seminário livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. (1958) “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1958b) “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1958-1959) *O seminário livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2016.

_____. (1960) “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1961b) *O seminário livro 9: A identificação*. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2003.

_____. (1964) *O seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. (1966) “Posição do inconsciente”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1966b) “A ciência e a verdade”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1969) “Nota sobre el niño”. In: *Otros escritos*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

_____. (1969-1970) *O seminário livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1992.

_____. (1970) "Radiofonia". In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. (1971-1972) *O seminário livro 19: ...ou pior*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2012.

_____. (1972-1973) *O seminário livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1985.

_____. (1974) "A terceira". In: *Opção Lacaniana*, n.62, São Paulo: Edições Eolia, 2011.

_____. (1974b) "Televisão". In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. (1975) "Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos escritos". In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. (1975-1976) *O seminário livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. (1976) "Creation de la section clinique". In: *Ornicar?*, nº 8. Paris: Bulletin périodique du Champ Freudien, 1976.

_____. *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Otros escritos*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

_____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LAIA, S. *A violência enlouquecida de nossos tempos: considerações a partir da psicanálise de orientação lacaniana*. Assephalus, volume VI, nº11. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ, 2010-2011.

LAURENT, E. *A ordem simbólica no século XXI*. In: Consequências para o tratamento, *Opção Lacaniana*, São Paulo: Edições Eolia, 2011.

_____. *A ordem simbólica no século XXI*. In: Consequências para o tratamento, *Opção Lacaniana*, São Paulo: Edições Eolia, 2011.

_____. "Existe um final de análise para as crianças". In: *Opção Lacaniana 10*, Escola Brasileira de Psicanálise. São Paulo: Editora Eolia, 1994

_____. *O avesso da biopolítica, uma escritura para o gozo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. *O trauma, generalizado e singular*. Acessado por internet em 24 de agosto de 2014: http://www.encontrocampofreudiano.org.br/2014/02/o-trauma-generalizado-e-singular_9241.html

LÉVI-STRAUSS, C. “A eficácia simbólica”. In: *Antropologia estrutural.*, São Paulo: Cosac Naify, 2012.

LOMBARDI, G. ¿Qué es la clínica psicoanalítica?. In: *Lacanianana*, vol III. Buenos Aires, 2000.

MILLER, J.-A. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. “El niño, entre la mujer y la madre”. In: *Virtualia, revista digital da EOL*. nº 13. Disponível em <http://virtualia.eol.org.ar/013/default.asp?notas/miller.html>. Acessado em: 10 de out. 2015.

_____. “Clínica Irônica”. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. “Lacan Clínico”. In. *Matemas II*, Buenos Aires: Paidós, 1994.

_____. “A psicanálise, seu lugar entre as ciências”. In: COELHO DOS SANTOS, T., SANTIAGO, J, MARTELLO, A. (org). *De que real se trata na clínica psicanalítica?*. Rio de Janeiro, Cia de Freud, 2012.

_____. *O osso de uma análise + O inconsciente e o corpo falante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2015.

_____. “O real é sem lei”. In: *Opção Lacanianana*. São Paulo: Edições Eolia, 2013.

_____. “Os seis paradigmas do gozo”. In: *Opção Lacanianana on-line*, ano 3, nº 7, 2012.

_____. *Perspectivas dos escritos e outros escritos de Lacan – Entre desejo e gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____. “Do neurônio ao nó”. In. *Assephalus, volume VII, nº13*. Rio de Janeiro: Ed. Sefhora/UFRJ, 2011-2012.

_____. *Perspectiva do Seminário 23 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. *Silet – Os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. “O real no século XXI. Apresentação do tema do IX Congresso da AMP”. In: *Um real para o século XXI*. Belo Horizonte: Ed. Scriptum, 2014.

MILNER, J.C. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. *Amor da língua*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. "Da linguística à linguística". In: Aubert, J., Cheng, F., Milner, J.-C., Regnault, F., Wajcman, G. *Lacan, o escrito a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SAFATLE, V. *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VERAS, M. "La era del trauma". In: *Virtualia, revista digital da EOL*. nº 11/12. Disponível em <http://virtualia.eol.org.ar/012/default.asp?notas/veras-01.html>. Acesso em 11 de aug. 2016.

VIGANÒ, C., ALKMIM, W. (org). *Novas conferências*. Belo Horizonte, Sciptum Editora, 2012.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1968.